

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Luana Cristina Duarte

**ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E SUCESSÃO DE JOVENS NO
CAMPO**

Palmeira das Missões, RS
2019

Luana Cristina Duarte

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E SUCESSÃO DE JOVENS NO CAMPO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Rosani Marisa Spanevello

Palmeira das Missões, RS
2019

Duarte, Luana Cristina
Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo
/ Luana Cristina Duarte.- 2019.
87 p.; 30 cm

Orientador: Rosani Marisa Spanevello
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós
Graduação em Agronegócios, RS, 2019

1. Atividades não agrícolas 2. Meio rural 3. Arranjos
sucessórios I. Spanevello, Rosani Marisa II. Título.

Luana Cristina Duarte

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E SUCESSÃO DE JOVENS NO CAMPO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios.**

Aprovado em 05 de novembro de 2019:

Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM)
(Orientadora)

Tanice Andreatta, Dra. (UFSM)

Tarcísio Samborski, Dr. (IFFar)

Palmeira das Missões, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, seja pela colaboração com dados, com disponibilidade de tempo, com paciência e com solidariedade.

Agradeço em especial:

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Rosani Marisa Spanevello, que prestou toda a colaboração que me foi necessária, dedicando parte do seu tempo em me orientar e me ajudar durante todo o Mestrado e elaboração da Dissertação. Em nenhum momento deixou de atender minhas dúvidas, mostrando-se muito prestativa e amiga.

Aos demais professores do Mestrado em Agronegócios (UFSM), que colaboraram de uma forma ou de outra nesta caminhada. É imensurável a importância dos professores na formação de um profissional. Graças a vocês que podemos sonhar e almejar algo melhor em nossas vidas.

Ao meu esposo, que sempre me incentivou a alcançar meus objetivos e a realização dos meus sonhos, por ter tido paciência nas inúmeras vezes que cheguei estressada e cansada, por ter me acompanhado e me dado força para eu chegar ao fim desta jornada, sempre me apoiando.

As minhas amigas e colegas, que fiz durante esta jornada, as quais o curso me proporcionou: a Fernanda, a Valesca, a Izis, a Eluane, as Marianas, a Carol; e um obrigado especial à minha amiga Camila Weber, que me incentivou a não desistir e a chegar até o fim no momento que mais precisei, e ao amigo Cleverton Signor por tirar todas as minhas dúvidas.

A toda minha família, que em nenhum momento se opôs a minha formação; em especial ao meu vô Egberto, que sempre me incentivou desde pequena a estudar, a me dedicar, para ser no futuro uma profissional de sucesso e uma pessoa com princípios.

A todos os jovens rurais do município de Crissiumal/RS, que me receberam, dispostos a responder minhas entrevistas e contribuir com meu estudo, e as suas famílias que me acolheram.

Ao escritório da Emater de Crissiumal/RS, pelo apoio em identificar os jovens que se encaixavam no meu estudo; um obrigado especial ao extensionista Fernando por toda ajuda.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E SUCESSÃO DE JOVENS NO CAMPO

AUTORA: Luana Cristina Duarte

ORIENTADORA: Rosani Marisa Spanevello

Esta dissertação tem como tema central a manutenção das novas gerações, filhos de agricultores, no meio rural. No entanto, diferentemente de outros estudos referentes à sucessão geracional de jovens agricultores no campo, este trabalho foca sua análise nas propriedades onde há jovens que executam não apenas atividades agrícolas, mas especialmente as não agrícolas, tais como a pluriatividade, para-agrícolas e as não agrícolas propriamente ditas. O objetivo central é analisar as relações que se estabelecem entre sucessão no meio rural e atividades não agrícolas no município de Crissiumal – RS, a partir da inserção dos jovens em atividades não agrícolas, na compreensão da forma como estas atividades podem fomentar a sucessão entre os jovens e, por fim, a partir da permanência do jovem, as características e os tipos de sucessão presentes nas propriedades estudadas. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa; o instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, e o procedimento utilizado para análise de dados foi a análise de conteúdo. Os critérios de seleção dos entrevistados foram os seguintes: residir no meio rural, em propriedades paternas ou estabelecidos de forma independente em outras propriedades; residir no meio rural, exercendo atividades não agrícolas, pluriativas ou para-agrícolas como forma de geração de renda. A faixa etária considerada para inclusão nas entrevistadas estava delimitada entre 15 e 29 anos. No total, foram realizadas 26 entrevistas. Os resultados apontam que os jovens executam tanto as atividades agrícolas como as não agrícolas dentro das propriedades ou apenas não agrícolas fora das propriedades e do rural. As atividades não agrícolas são vistas como potencializadoras da permanência dos entrevistados no rural e também nas propriedades, pois apresentam vantagens, tais como renda individual e mensal. Ainda, os resultados deste trabalho revelam que os encaminhamentos ou arranjos sucessórios relatados pelos entrevistados apresentam distintas características, não tendo na sucessão geracional tradicional o único modelo. As respostas dos jovens entrevistados permitem identificar a presença de três arranjos sucessórios: sucessão rural, sucessão hereditária e sucessão geracional.

Palavras-chaves: Atividades não agrícolas. Permanência. Meio Rural. Arranjos sucessórios.

ABSTRACT

NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES AND YOUTH SUCCESSION IN THE COUNTRYSIDE

AUTHOR: Luana Cristina Duarte
ADVISOR: Rosani Marisa Spanevello

This dissertation has as its central theme the permanence of new generations, children of farmers, in rural areas. However, unlike other studies on the generational succession of young farmers in the countryside, this work focuses its analysis on properties where there are young people who perform not only agricultural but especially non-agricultural activities such as pluriactivity, para-agricultural and non-agricultural products. The aim is to analyze the relationships that are established between succession in rural areas and non-agricultural activities in the city of Crissiumal - RS, from the insertion of young people in non-agricultural activities, understanding how these activities can foster succession among them and, finally, from their permanence, the characteristics and the kinds of succession that are presented in the studied properties. The methodology used was a qualitative research, the data collection instrument was the semi-structured interview, and the procedure used for data analysis was the discourse analysis. The selection criteria of the interviewees were: to live in rural areas, in paternal properties or independently established in other properties; to live in rural areas, performing non-agricultural, pluriactive or para-agricultural activities as a way of generating income. The age range considered for the interviewees was delimited between 15 and 29 years old. In total, 26 interviews were conducted. The results indicate that young people perform both agricultural and non-agricultural activities on the farm or only non-agricultural off the farm. Non-agricultural activities are seen as enhancing the permanence of the interviewees in rural areas and also in properties because they have advantages such as individual and monthly income. Also, the results of this work reveal that the succession arrangements reported by the interviewees have different characteristics, not having in traditional generational succession this model. The responses of the young interviewees allow us to identify the presence of three succession arrangements: rural succession, hereditary succession and generational succession.

Keywords: Non-agricultural activities. Permanence. Countryside. Succession Arrangements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul	32
Figura 2 - Municípios do COREDE Celeiro	34
Figura 3 - Tipos de atividades	50
Figura 4 - Renda da atividade não agrícola para a família	50
Figura 5 - Motivo pelo qual iniciou na atividade	51
Figura 6 - Atividades pluriativas	53
Figura 7 - Renda que o jovem recebe da atividade não agrícola.....	56
Figura 8 - Arranjos sucessórios	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento dos 28 COREDES.....	33
Quadro 2 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade no município de Crissiumal – RS.....	35
Quadro 3 - Estrutura das entrevistas.....	37
Quadro 4 - Atividades agrícolas.....	40
Quadro 5 - Função na atividade.....	42
Quadro 6 - Fatores mais importantes para o jovem no meio rural.....	45
Quadro 7 - Razão para um jovem querer ou não ser agricultor.....	47
Quadro 8 - Aspirações futuras.....	48
Quadro 9 - Função na atividade não agrícola.....	55
Quadro 10 - Justificativas para ser ou não ser sucessor.....	58
Quadro 11 - Importância da preparação para a sucessão.....	59
Quadro 12 - Arranjos sucessórios.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 MULTIFUNCIONALIDADE DO MEIO RURAL	15
2.2 RURAL NÃO AGRÍCOLA	17
2.2.1 Atividades não agrícolas	19
2.2.2 Pluriatividade	20
2.2.3 Atividades para-agrícolas	21
2.3 PERMANÊNCIA E SAÍDA DOS JOVENS DO CAMPO.....	21
2.3.1 Fatores que motivam os jovens a ficar ou a sair do rural	21
2.3.2 Consequências da saída dos jovens do campo	24
2.3.3 Atividades não agrícolas e a relação com a permanência dos jovens no campo	26
2.3.4 Questão sucessória	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 TIPO DE PESQUISA	31
3.2 LOCAL DE PESQUISA	31
3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DAS PROPRIEDADES RURAIS ..	38
4.1.1 Avaliação dos aspectos sociais e produtivos da ocupação e do rural segundo os entrevistados	40
4.2 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	49
4.2.1 Inserção dos jovens nas atividades não agrícolas	49
4.3 ARRANJOS SUCESSÓRIOS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA	79

1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura, conhecida como Revolução Verde, alavancada entre 1960 e 1980, resultou em um grande processo de êxodo rural. A migração, do meio rural para o meio urbano, de aproximadamente 30 milhões de pessoas resultou, na maioria das vezes, em condições insatisfatórias, diante das quais as mesmas acabaram se submetendo à vivência em periferias nas grandes cidades, sem poder satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, como uma moradia digna, alimentação, entre outros (ANJOS; CALDAS, 2005).

Segundo Brumer (2007), há vários aspectos na hora de escolher deixar o campo e ir morar na cidade em busca de melhores condições de vida. O emprego com salário fixo, que é ofertado aos trabalhadores urbanos, destaca-se e chama atenção das pessoas que residem no meio rural e pretendem deixá-lo, pois, na maioria das vezes, estas desenvolvem atividades no meio rural para a geração de renda sem saber quanto vão obter de lucro com a atividade realizada, tendo desta maneira uma incerteza quanto à sua renda real.

Entre o público que deixa o campo, o fluxo maior é o de jovens. No caso do Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Demográfico, a diminuição da população jovem é mais acentuada a partir da década de 1990, com uma diminuição de 44,4% da população jovem rural, 15,6% em 2000 e 34,6% na década de 2010. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o Rio Grande do Sul possui 365.052 propriedades com uma redução significativa, já que, em 2006, possuía 441.472 estabelecimentos. A população do estado vem envelhecendo, já que a população jovem com menos de 30 anos de idade é de 13.246 pessoas, de 30 a 60 anos é de 208.425 pessoas e com mais de 60 anos é de 141.268 pessoas, o que nos confirma o envelhecimento da população rural do estado.

No Rio Grande do Sul, de acordo com Deggerone, Laroque e Barden (2014), o número de jovens existentes no meio rural gaúcho é menor do que o número de propriedades, o que define que nem todas as propriedades possuem sucessão geracional. Dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 mostram que propriedades rurais com gestores jovens (idade até 35 anos) representam 8% dos produtores gaúchos, enquanto a faixa etária compreendida entre 45 e 65 anos compreendem 50% dos produtores.

Estudos pioneiros, como de Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001) e Camarano e Abramovay (1998), já mostravam que os jovens, especialmente do sexo feminino, apresentam pouca perspectiva de ficar no campo na condição de produtores rurais, assumindo os negócios e o patrimônio familiar. Conforme Maia e Buainain (2015), nas áreas

rurais, a população jovem (neste trabalho definida como aqueles com 17 anos ou menos de idade) reduziu de 16,8 milhões em 1991 para 10,4 milhões em 2010, a população adulta (definida como aqueles entre 18 e 64 anos) parou de crescer (próxima de 17 milhões nas três décadas) e a população idosa (65 anos ou mais) cresceu ligeiramente (de 1,6 milhão em 1991 para 2,2 milhões em 2010). O resultado desse cenário com a migração juvenil são processos sociais importantes para o meio rural, como é o caso da masculinização e do envelhecimento da população rural.

De acordo com Maia e Buainain (2015), a masculinização do meio rural é significativa. A razão entre gêneros passou de 1,078 em 1991 para 1,101 em 2010. Isso significa que havia 78 homens a mais para cada 1000 mulheres nas áreas rurais em 1991, contra 101 em 2010. Dentre os fatores que contribuem para estes resultados, ocasionando este processo, destacam-se, primeiramente, as transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra, restando às mulheres as atividades domésticas; em segundo lugar, a precária infraestrutura de serviços sociais no meio rural que restringem oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas e; em terceiro, os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio familiar entre as populações de agricultores familiares rurais usualmente excluírem a mulher da condição de sucessora e herdeira (MAIA; BUAINAIN, 2015).

De acordo com Spanevello et al. (2017), o envelhecimento tornou-se uma questão social relevante. Isso ocorre devido ao fato de que a saída dos jovens possibilita a ausência de sucessão nas propriedades, tornando-se uma preocupação dos pais em relação a quem irá ampará-los na velhice. Tratando-se destes aspectos, os autores constataram que distintos são os encaminhamentos diante da ausência de sucessão geracional, visto que muitos agricultores têm o desejo de que os filhos cuidem deles na velhice, mesmo que para isso tenham que ir residir na cidade perto deles; alguns agricultores também relataram que pagarão para terceiros cuidarem, pois seus filhos têm família e seus afazeres, e não desejam atrapalhar a vida dos filhos; alguns, ainda, não sabem como será quando a velhice chegar (SPANVELLO et al., 2017). Estes resultados confirmam a questão de que o meio rural e o processo sucessório vêm passando por grandes mudanças ao longo do tempo e não ocorrem mais da maneira como ocorriam.

A reversão das condições apresentadas acima, em especial a do êxodo rural, passa por novas definições do que é o rural e as novas possibilidades de ficar e viver no rural. Trabalhos como o de Kageyama (2008) mostram que, a partir de 1990, o rural não passou a ser mais definido como o lugar do atraso e do espaço exclusivo da produção agrícola. Segundo

Kageyama (2000), o rural tem sido considerado um espaço multissetorial, sendo a agrícola uma das atividades, agregando também a presença das atividades não agrícolas. Entre as principais atividades não agrícolas pode-se citar a prestação de serviços e a transformação da produção primária, gerando agregação de valor aos produtos oriundos das propriedades.

Schneider e Fialho (2000) ressaltam que a realização de atividades não agrícolas é o que garante, muitas vezes, a renda e é o que motiva as pessoas a ficarem no campo. As atividades não agrícolas se mostram como alternativa para que as famílias ali permaneçam, principalmente para a agricultura familiar que, por possuírem pequenas propriedades, buscam alternativas para gerar renda. Conforme Maluf (2004), a produção de alimentos pelos agricultores familiares traz a geração de renda para as famílias que os produzem, permitindo que estas possam permanecer no meio rural.

Anjos e Caldas (2005) reforçam que as atividades não agrícolas podem contribuir também para a permanência dos jovens no campo. Os estudos de Brumer e Spanevello (2008), Spanevello (2008) e Matte e Machado (2016) apontam que os fatores principais capazes de motivar os jovens a ficarem na propriedade paterna, estabelecendo o processo de sucessão geracional ou mesmo permanecendo no campo, realizando atividades não agrícolas são: ter renda própria, autonomia na gestão dos processos produtivos, realizar um trabalho menos penoso do que o agrícola, que sofre com as instabilidades climáticas e requer trabalho no final de semana, além de outros fatores, como condição produtiva e tecnológica da propriedade, acesso ao lazer e comunicação no meio rural, crédito para instalação do jovem como agricultor, entre outros.

Considerando os fatores citados, em especial a renda, o trabalho e a autonomia, verifica-se que as atividades não agrícolas podem potencializar o atendimento destas demandas dos jovens. As atividades não agrícolas, tanto de prestação de serviços como de transformação da produção primária, apresentam uma dinâmica de trabalho e geração de renda diferenciada da produção agrícola.

As ocupações não agrícolas estão cada vez mais presentes no meio rural, principalmente pelo fato das famílias possuírem pouca terra, o que não permite a elas a dedicação exclusiva às atividades agrícolas. Deste modo, as famílias buscam por rendas externas para complementar seus ganhos financeiros e ter uma perspectiva de que os filhos desenvolvam a vontade de permanecer no campo e assumir a propriedade dos pais. O estudo realizado por Lima e Piacenti (2009) mostrou que a renda gerada de atividades não agrícolas tem grande importância para a diminuição da pobreza das famílias do meio rural da região Sul do Brasil. O estudo identificou que as famílias essencialmente agrícolas recebem 70% da

renda das famílias que combinam atividades agrícolas com não agrícolas; os autores citados destacam que o aumento de famílias com atividades não agrícolas deve continuar ocorrendo, pois a realização de atividades essencialmente agrícolas não se torna, muitas vezes, eficiente economicamente. Essas atividades podem ser realizadas tanto fora da propriedade quanto prestar algum tipo de serviço aos vizinhos, como também na própria propriedade, como, por exemplo, o turismo rural e a transformação da matéria-prima em outros produtos por meio das agroindústrias familiares, entre outros.

A partir das discussões pontuadas acima, esta Dissertação tem como pano de fundo a discussão da relação entre as atividades não agrícolas e a permanência dos jovens, filhos de agricultores. Entende-se que as atividades não agrícolas podem gerar distintas características sucessórias no meio rural. Estas características estão diretamente atreladas ao fato de que as atividades não agrícolas não tratam diretamente do desenvolvimento das atividades agropecuárias, podendo levar a outros arranjos sucessórios além do geracional (onde o filho fica no lugar do pai na propriedade e na atividade), tais como a sucessão rural (filho permanece no meio rural ou retorna do meio urbano, podendo ser ou não para a propriedade e atividade paterna) ou, ainda, a sucessão hereditária (situação em que os filhos herdam o patrimônio gerado pelas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas não a gestão das atividades).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual é a relação entre a permanência dos jovens no meio rural e as atividades não agrícolas? De que forma as atividades não agrícolas fomentam a sucessão no meio rural? Quais são as características destes arranjos sucessórios?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações que se estabelecem entre sucessão no meio rural e atividades não agrícolas no município de Crissiumal – RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar os fatores que propiciam a inserção de jovens em atividades não agrícolas.

- Compreender de que forma as atividades não agrícolas podem fomentar a sucessão entre os jovens.
- Definir, a partir da permanência do jovem, as características e os arranjos sucessórios presentes nas propriedades estudadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo consiste em fornecer contribuições para a comunidade acadêmica e principalmente para os estudiosos que pesquisam sobre a permanência do jovem no campo. Espera-se que esta pesquisa permita um maior conhecimento sobre a relação entre a permanência dos jovens no campo e as atividades não agrícolas, bem como a possibilidade de discutir os diferentes arranjos sucessórios no meio rural. Além do conhecimento sobre os jovens e a sua ligação com as atividades não agrícolas, almeja-se contribuir para a melhoria nas políticas agrícolas, expondo a diversidade das ruralidades existentes no município estudado, dando maior visibilidade e reconhecimento a este.

Levando-se em consideração os modelos sucessórios de Gasson e Errington (1993) e de Moreira (2018), não fica claro se a atividade que o filho vai realizar com autonomia na propriedade de seu pai, ou em uma propriedade separada, é basicamente agrícola, podendo ser outras atividades, como processamento de matéria-prima através de agroindústrias, prestação de serviços, turismo rural, entre outras, que fazem parte do universo das atividades não agrícolas, as quais já foram abordadas anteriormente neste trabalho.

Os estudos anteriormente apontados sugerem que a permanência dos jovens está atrelada a diferentes formas de sucessão, podendo ser a sucessão geracional, a rural ou a hereditária. Neste trabalho, entende-se como sucessão geracional aquela em que o filho fica com a propriedade do pai e segue realizando as atividades que o pai realizava; a sucessão rural é aquela em que o filho fica com a propriedade, mas não desenvolve a atividade que o pai desenvolvia; e a sucessão hereditária, aquela em que o filho herda a propriedade, mas não desenvolve atividades nesta.

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que as atividades não agrícolas sugerem que as propriedades vêm apresentando diferentes formas de trabalho, diferentes formas de inserção dos jovens na propriedade e, desta maneira, sugerem diferentes formas de sucessão: geracional, rural e hereditária.

Outro aspecto desta justificativa tem a ver com a relação da pesquisadora com o meio rural, pela vontade desta em conhecer mais os jovens que permanecem no campo e qual a

importância das atividades não agrícolas para eles. Portanto, estudá-los é uma atividade que causa satisfação por despertar grande interesse nesta área, em sempre buscar saber mais sobre o tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica compreende a apresentação de estudos que norteiam o problema de pesquisa. O primeiro item trata da questão da multifuncionalidade do meio rural, seguindo da discussão do rural não agrícola, com subitens que tratarão das atividades não agrícolas, da pluriatividade e das atividades para-agrícolas. O segundo abordará a questão da permanência e da saída dos jovens do campo, sendo este dividido em subitens os quais apresentarão os fatores que motivam a ficar ou a sair do campo, a consequência da saída dos jovens, as atividades não agrícolas e a permanência dos jovens, enquanto o terceiro item tem como foco a questão sucessória.

2.1 MULTIFUNCIONALIDADE DO MEIO RURAL

A partir de 1990 a agricultura familiar começa a ser discutida no âmbito acadêmico e político, a qual passa a ter importância econômica e social. Em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os agricultores familiares passam a ter um programa que lhes possibilite acesso a crédito, contribuindo para o surgimento de um novo espaço institucional e organizacional dos esforços para agregação de valor aos produtos dos agricultores familiares (MIOR, 2007).

A partir deste programa vieram outros de grande importância para o desenvolvimento econômico e social, como foi o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003. Com a sua diversificação produtiva a agricultura familiar passa a ter uma relação muito forte com o território no qual se insere, e a multifuncionalidade vem relacionada ao reconhecimento de que a agricultura está muito além da produção de produtos essencialmente agrícolas (SILVA, 2015).

Segundo Perondi (2004), quando as pessoas se deram conta de que a agricultura esqueceu algumas de suas funções, como preservar o meio ambiente e garantir que as futuras gerações tenham acesso aos recursos naturais existente hoje, surgiu a ideia de multifuncionalidade.

É preciso considerar que a agricultura não tem apenas a função de produzir e ofertar alimentos, mas vai muito além disso, como a preservação ambiental e o manejo adequado dos solos para que se preservem os recursos naturais, e desta maneira tornar viáveis muitas áreas rurais, através, por exemplo, da integração de atividades agrícolas com não agrícolas, desta

forma considerando as inúmeras funções da agricultura. Isso tudo surge principalmente a partir da discussão sobre desenvolvimento sustentável (TÂMBALO; ZUTTON, 2014).

De acordo com Oliveira et al. (2015), a agricultura abrange muito mais do que a função de produzir alimentos. São cinco as funções da agricultura: fornecer alimentos, fornecer capital para que ocorra o desenvolvimento do setor não agrícola, fornecer mão de obra para a diversificação da economia, fornecer divisas para a compra de insumos e constituir mercado consumidor para os produtos oriundos das atividades não agrícolas (TÂMBALO; ZUTTON, 2014).

Além da discussão acerca do desenvolvimento sustentável, a multifuncionalidade ganhou força com a diversificação das atividades e ocupações das pessoas que residem no rural, que vão muito além das atividades essencialmente agrícolas. Com essa diversificação das atividades, os agricultores passam a ter novas funções (CANDIOTTO, 2009).

A população urbana, ou pelo menos uma parte desta, passou a mostrar interesse pelo meio rural, alguns para estabelecer residência, outros para descansar ou para lazer nos finais de semana. Esse interesse que vem crescendo com o passar do tempo é que passa a ser incorporado, muitas vezes, nas outras funções das famílias do meio rural e se tornam geradoras de renda a estas, modificando desta maneira a vida das que vivem no rural (CANDIOTTO, 2009). Desta forma, surgem novos papéis tanto ao rural quanto à agricultura, e ocorre uma alteração no modo de vida dos agricultores, que passam a realizar não apenas atividades agrícolas (COTRIM et al., 2017).

Novas atividades e ocupações passam a ser realizadas pelos agricultores no intuito de gerar renda e manter-se na propriedade. Temos como exemplos de novas atividades desenvolvidas pelos agricultores o turismo rural pedagógico, no qual são realizadas atividades educativas dentro das propriedades, utilizando-se da produção agrícola existente nessas e também de suas paisagens naturais e da biodiversidade ali disponível (KLEIN; SOUZA, 2013). Através desta e de outras atividades os agricultores, além de gerar renda, possibilitam a pessoas do meio urbano o contato direto com as propriedades rurais e com a produção que nestas é desenvolvida, além da interação social com os visitantes.

De acordo com Carneiro e Maluf (2003), os agricultores familiares contribuíram para o desenvolvimento sustentável através das seguintes funções: reprodução socioeconômica das famílias onde ocorre geração de renda para os integrantes das famílias, dando a estes possibilidade de permanecer no meio rural e expectativa ao dirigente da família de um possível sucessor; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias onde as mesmas produzem para si e o excedente comercializam; manutenção do tecido social e

cultural, desta maneira há uma melhora nas condições de vida das pessoas e elas interagem umas com as outras nas suas comunidades; e, por fim, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural de maneira que se preserve o meio ambiente e a biodiversidade. De acordo com Altmann, Mior e Zoldan (2008), a multifuncionalidade visa a contribuir para diversos aspectos da sociedade ao mesmo tempo.

2.2 RURAL NÃO AGRÍCOLA

O rural não agrícola, ou o novo rural, é caracterizado pelas transformações que vêm ocorrendo na forma de trabalho no meio rural ao longo dos anos e pela necessidade das famílias em aumentar sua renda para, desta forma, manter a sua família (SCHNEIDER, 2009).

As atividades não agrícolas vêm aumentando por diversos fatores, como o crescente processo de ligação da agricultura com outros setores, como a indústria, o comércio e os serviços, e a descentralização das indústrias que vem ocupando também espaços rurais, o crescente número de pessoas que residem no meio rural e trabalham no meio urbano e pela presença de atividades diferenciadas dentro do próprio setor agropecuário (ESCHER et al., 2014).

Em estudo realizado na Bélgica, é possível verificar que um dos principais fatores que demonstra as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural é a transformação da economia, que antes era baseada principalmente na agricultura e muda para uma economia baseada na diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural. Com essas mudanças, o meio rural passa a abrigar atividades como silvicultura, conservação da natureza, atividades não agrícolas e a ter a função, muitas vezes, de residência apenas de algumas famílias (VERHOEVE; DE ROO; ROGGE, 2012).

Segundo Silva (1997) e Buainain, Romeiro e Guanzirolli (2003), a população que desenvolve atividades rurais não agrícolas apresenta um índice de crescimento econômico positivo e superior à que desenvolve atividades essencialmente agrícolas; além disso, afirmam que as atividades não agrícolas são as únicas capazes de elevar os níveis de renda da população rural pobre.

Para tanto, Schneider (2009) apresenta razões que contribuem para o crescimento das atividades não agrícolas em países desenvolvidos. Entre essas razões encontra-se a modernização tecnológica, a qual exige menos mão de obra e acaba excluindo alguns produtores da produção essencialmente agrícola; a queda das rendas agrícolas, o que resultou na necessidade das famílias buscarem novas alternativas para incrementarem suas rendas; as

políticas públicas, que passaram também a incentivar novas formas de trabalho no meio rural; a dinâmica do mercado de trabalho, na qual algumas indústrias se realocaram na área rural e desta maneira a população rural teve acesso a essa oportunidade diferente de ocupação; e, por último, a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar, em que as famílias buscam a combinação de uma atividade agrícola com outra não agrícola para aumentar a renda.

No Brasil, de acordo com Schneider (2009) e Silva (1997), para o surgimento das atividades não agrícolas, são apresentados três fatores centrais que são trazidos pelos pesquisadores do projeto Rurbano. Em primeiro lugar, tem-se o processo de urbanização do campo, onde ocorrem muitas modificações e transformações de modo que são introduzidas novas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais e por seus membros. Em segundo, a crise do setor agrícola, a qual se iniciou após problemas no ramo agroexportador desde 1990 devido, principalmente, às modificações ocorridas na estrutura da agricultura, associada diretamente com a modernização agrícola. E, por fim, em terceiro, os próprios limites de crescimento do emprego agrícola, que, devido à modernização e à mecanização da agricultura, passou a necessitar de pessoas mais especializadas para desenvolver as atividades nos estabelecimentos e de menos mão de obra para trabalhos menos qualificados.

O projeto Rurbano teve início em 1997, quando iniciou a construção de séries históricas, obtido através de pesquisas realizadas por mais de 40 pesquisadores, 11 unidades federais e dois núcleos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas pesquisas vêm mostrando a população rural brasileira e que esta está cada vez mais vinculada a atividades não agrícolas. Na segunda fase do projeto, em 1999, os pesquisadores observaram que as áreas de agricultura e pecuária começaram a ceder lugar para outras atividades, como o turismo rural, as agroindústrias, entre outras. Nesta fase também foi analisada a participação da mulher dentro das propriedades e as atividades desenvolvidas por elas tanto dentro como fora da propriedade. Na terceira fase, que teve início em 2000, começou-se a analisar o impacto das mudanças que vinham ocorrendo no meio ambiente e no emprego. Em 2004, teve início a quarta fase do projeto, que se encerrou em 2005; nesta fase o foco foi analisar a pobreza rural, o autoconsumo e a segurança alimentar das famílias que eram beneficiadas pelos programas do governo federal de transferência de renda (IZIQUE, 2012).

Segundo Silva (1997), a partir de análise realizada dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), referentes aos anos de 1981, 1986 e 1990, pode-se observar que o aumento da População Economicamente Ativa rural é bem superior à População

Economicamente Ativa agrícola, ou seja, a população que reside no campo, mas não vive essencialmente das atividades agrícolas, é maior do que a população que vive no campo e desenvolve atividades essencialmente agrícolas.

De acordo com Telles et al. (2017), vários trabalhos realizados em 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2012 e 2013 levaram à conclusão de que a População Economicamente Ativa rural ocupada em atividades basicamente agrícolas vem diminuindo cada vez mais e dando espaço para as atividades não agrícolas.

Em estudo realizado para mostrar o setor de atividade principal da População Economicamente Ativa das grandes regiões do Brasil, pode-se observar que ocorreu uma queda da População Economicamente Ativa que desenvolve atividades essencialmente agrícolas nos anos de 2001 a 2009, com exceção da região Centro-Oeste. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a População Economicamente Ativa que desenvolve atividades não agrícolas aumentou significativamente de 2001 para 2009, ano a ano (TELLES et al., 2017).

Nos países europeus, entre 2005 e 2015, a produção em atividades não agrícolas cresceu 5%. Estas atividades reduzem os riscos financeiros a que as propriedades estão sujeitas, além de aumentar a renda da propriedade e manter a viabilidade das propriedades rurais (BONCINELLI; BARTOLINI; CASINI, 2018).

Em vista dos argumentos apresentados, as atividades não agrícolas estão classificadas em atividades não agrícolas, pluriatividade e atividades para-agrícolas, cujas definições serão apresentadas a seguir.

2.2.1 Atividades não agrícolas

Silva (1997) apresenta que as atividades não agrícolas que se destacam no meio rural são resultado, em primeiro lugar, do aumento de indústrias na zona rural, o surgimento da zona periurbana, que é a situação de vizinhança muito próxima de uma cidade, em segundo, o rural como moradia e, por último e terceiro lugar, a propagação de sítios e chácaras, destinados ao lazer das famílias que residem na cidade.

Resumidamente, as atividades não agrícolas são aquelas em que a pessoa possui uma atividade no meio rural que não é a atividade agrícola. Neste contexto se destaca a prestação de serviço, em que muitas unidades produtivas contratam o serviço de máquinas para desempenhar alguma função de fora da unidade produtiva (LAURENTI, 2000). De forma geral, atividades não agrícolas são as que não se encaixam no significado de atividade agrícola ou para-agrícola (SCHNEIDER, 2009).

2.2.2 Pluriatividade

As famílias pluriativas, segundo Schneider (2009), são aquelas que desenvolvem vários tipos de atividades e cujos membros desenvolvem atividades dentro e fora da propriedade, combinando as agrícolas, as não agrícolas e as para-agrícolas.

Silva (1997) corrobora expondo que a pluriatividade pode ser entendida de duas maneiras: a primeira, como a que combina a atividade agrícola com a prestação de serviços, tanto no próprio campo quanto na área urbana, em indústrias, por exemplo; e a segunda, com atividades realizadas essencialmente nas áreas urbanas, combinadas com o gerenciamento das atividades agropecuárias em seus estabelecimentos rurais. Oyamada et al. (2007) mencionam que a pluriatividade é trazida como uma nova forma de comportamento econômico da agricultura e é visto como uma forma de reprodução das famílias que residem no meio rural, especialmente a reprodução social destas, que mantêm seu caráter agrícola, embora desenvolvam atividades não agrícolas.

A combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas é possível em função de que, com a mecanização e a modernização da agricultura, precisa-se de menos tempo dedicado essencialmente à produção agrícola. Desta maneira, pode-se exercer outra atividade fora da propriedade. Em algumas propriedades, com a modernização, apenas um membro da família já é o suficiente para cuidar da produção agrícola; desta forma, os demais membros podem desenvolver atividades fora da propriedade e assim acrescentarem à renda da família para garantir a manutenção desta (SILVA, 1997). Daí que a importância da pluriatividade se destaca principalmente pela geração de renda às famílias (OYAMADA et al., 2007).

Tonini (2013) confirma que a pluriatividade é a prática de atividades com o objetivo de produzir novos ganhos; essas atividades podem ser realizadas dentro ou fora da propriedade. Colaborando, neste sentido, Santana Souza (2011) mostra que a pluriatividade é identificada como uma possibilidade de resolver parte dos problemas gerados ao pequeno produtor rural com a modernização da agricultura, o qual sofreu uma exclusão maior por não ter acesso, muitas vezes, à modernização e à mecanização que é alcançada pelos grandes produtores. Com a pluriatividade, parte da família se dedica à atividade agrícola e a outra parte à outra atividade, como, por exemplo, ao artesanato, ao turismo rural e a atividades fora da propriedade.

2.2.3 Atividades para-agrícolas

De acordo com Schneider (2009), as atividades para-agrícolas são aquelas que resultam na transformação, elaboração e processamento de matérias-primas agrícolas e seus derivados, as quais podem ser produzidas na propriedade da família ou serem obtidas de outras propriedades. Essa transformação e o processamento de matéria-prima podem ser usados para o consumo da família ou ser destinada para a venda, resultando em renda para a família (SCHNEIDER, 2009; ESCHER et al., 2014). Como destaque de atividades para-agrícolas, temos as agroindústrias familiares presentes em propriedades rurais.

A agroindustrialização da matéria-prima pelo próprio agricultor no meio rural, que é produzida na propriedade, tem dado acesso ao agricultor familiar a novos mercados, nos quais este pode vender seu produto. O fato de o agricultor utilizar mão de obra familiar e produzir em menor quantidade reflete ao consumidor um produto diferenciado e com qualidade (ORSOLIN, 2006).

A agroindústria familiar, de acordo com Sulzbacher (2009), ganha força principalmente nos locais onde a modernização da agricultura não conseguiu chegar com força, fazendo desta maneira com que o processamento dos alimentos se torne uma alternativa aos agricultores que não têm acesso fácil à modernização e dispõe de pouca terra. A agroindústria familiar surge sobre aquele saber-fazer que as pessoas possuem e herdaram de suas gerações anteriores.

Segundo Gazolla e Pelegrini (2011), para a agricultura familiar, a agregação de valor de seus produtos através da agroindústria se apresenta como uma necessidade para seu desenvolvimento social e também econômico, já que muitas vezes é a única fonte de renda das famílias.

2.3 PERMANÊNCIA E SAÍDA DOS JOVENS DO CAMPO

2.3.1 Fatores que motivam os jovens a ficar ou a sair do rural

Os fatores motivacionais à permanência ou à saída dos jovens do campo são diversos e perpassam pelo acesso à comunicação, à tecnologia, pela questão econômica e até mesmo pelas questões mais simbólicas, como gostar do rural e das atividades agropecuárias. Conforme Puntel, Paiva e Ramos (2011), as gerações de jovens rurais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida por um lado; por outro,

dificultam a manutenção do projeto coletivo familiar de reprodução geracional, conforme já mostravam estudos realizados por Woortmann (1995) no Sul do Brasil. O trabalho de Mann (2007), realizado com jovens suíços, comprova que cada vez mais a escolha de ficar ou sair faz parte de uma escolha do próprio jovem, associado ao sexo (masculino ou feminino), à idade e à escolaridade.

O trabalho de Matte e Machado (2016), realizado a partir de uma análise de distintos estudos realizados na região Sul do país na última década, aponta para uma seara bastante diversa no tocante aos fatores decisórios que levam os jovens a sair ou a ficar no meio rural. Para os autores, os principais fatores são: dificuldade em obtenção de terra, ausência de incentivo por parte dos pais, comparação entre urbano e rural, penosidade das atividades agrícolas, desigualdade de gênero, busca por estudo e expectativa profissional. Ao afastar os filhos das atividades, uma consequência direta da ausência de participação na tomada de decisões e na administração dos negócios, os produtores não os preparam para administrar a propriedade e os desencorajam a perceber viabilidade na vida no meio rural.

Brumer e Spanevello (2008), em estudo realizado pelas autoras no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, destacam que entre os fatores que motivam os jovens a ficar no campo estão: renda, condição de vida, tranquilidade, políticas públicas, autonomia, gostar da atividade, ter terra e o fato de poder produzir para o consumo. Entre os fatores que motivam a saída estão: falta de lazer, falta de renda, insalubridade do trabalho, desvalorização da atividade, falta de incentivos, não gostar da atividade, gostar da cidade ou de outra atividade.

Segundo Maia e Buainain (2015), os jovens, filhos de agricultores, são os que se encontram sujeitos a deixar a área rural e ir para grandes centros, devido à procura para ingressar no mercado de trabalho e pela visão que muitos têm de que no urbano terão melhores oportunidades e uma vida mais confortável do que as que possuem no meio rural. Os jovens buscam as cidades para se estabelecerem no mercado de trabalho ou para estudarem, não mostrando interesse, na maioria das vezes, em trabalhar na propriedade do pai. Muitas vezes, são incentivados pelos próprios pais a deixarem o rural em busca de melhores condições na área urbana. Isso, em alguns casos, é resultado da própria falta de interesse das pessoas do rural em buscar alternativas para tornar o rural mais atraente do que o urbano (PANNO; MACHADO, 2014).

Champagne (1986), em estudo realizado com os jovens de Bresse, na França, identificou que as famílias rurais que não têm sucessor são aquelas que não conseguem se reproduzir no meio rural, ou seja, famílias cujos estabelecimentos não são rentáveis, o que nos

remete à questão econômica, e também pela questão de os filhos não quererem o estilo de vida dos pais para si. Este vem se mostrando o fator mais importante para a não sucessão nas propriedades rurais.

De acordo com estudo realizado por Silvestro et al. (2001), no Oeste de Santa Catarina, a permanência do jovem no campo pode estar atrelada a vários fatores, como a geração de renda suficiente na unidade produtiva, se comparada com o que os jovens imaginam que possam ganhar se fossem assalariados. Entre as famílias capitalizadas e em transição, o estímulo aos filhos para que fiquem na propriedade é bem maior. A participação dos filhos nas atividades e decisões dentro da propriedade também é um fator relevante para a permanência, assim como as relações sociais com agentes externos. Segundo os autores, há uma imagem de isolamento vinculada a viver no meio rural. Dos rapazes que fizeram parte do estudo, 20% afirmaram não manter relações externas; a grande maioria deles faz parte das famílias descapitalizadas que fizeram parte do estudo, ou seja, nas famílias que não geram renda suficiente para a manutenção da própria família, os jovens vivem em um isolamento social.

Silvestro et al. (2001) destacam que os jovens do sexo masculino possuem o desejo de serem agricultores, mas ao mesmo tempo enfrentam dificuldades para exercerem esta profissão. Dentre as dificuldades está a falta de capital para investir, a falta de novas oportunidades de renda e a falta de terra, conforme destacado por esses jovens. Ter acesso a terra é visto como a maior dificuldade para o seguimento da atividade agropecuária, para poucos jovens entrevistados no estudo, pois a quantia de terra que irão herdar é o suficiente para se manterem na atividade agropecuária.

Uma das formas de incentivo é a autonomia no processo de trabalho e na gestão da renda. A soberania na hora de tomar decisões importantes e o reconhecimento econômico aos jovens pelas atividades que desempenham dentro dos estabelecimentos rurais é mostrada como essenciais para que o jovem queira permanecer na propriedade (DEGGERONE; LAROQUE; BARDEN, 2014).

Conforme Silvestro et al. (2001), quanto menor é a renda da família no meio rural, maior é a visão de melhores condições de vida nas cidades. Existe o desejo de permanência na propriedade pelos rapazes mesmo em propriedades que não geram renda suficiente para a manutenção da família; já para as moças destas propriedades a visão é negativa e elas afirmam que permanecer na propriedade rural é mais uma fatalidade do que uma opção; elas demonstram grande rejeição em permanecer na atividade agropecuária e possuem esperança de se inserir no meio urbano.

Segundo Panno e Machado (2014), para que essa situação se modifique, principalmente para os jovens que buscam estudar e se qualificar, para que desperte neles a vontade de permanecer no campo, é preciso o incentivo dos pais, principalmente através da independência dentro da propriedade, da liberdade em tomar decisões e que tenham renda através das atividades que desempenham e gerenciam dentro da propriedade, pois, segundo os autores, é isso que faz, na maioria das vezes, os jovens saírem do campo e buscarem os centros urbanos.

Spanevello et al. (2014) revela que, em propriedades aonde a sucessão tem mais chances de acontecer, os pais se antecipam à própria decisão dos filhos de sair. Neste caso, de acordo com os autores, os pais põem em marcha diferentes estratégias com vista a fomentar a permanência dos sucessores. Estas estratégias são identificadas como de ordem material e simbólica. No caso das estratégias materiais está a doação de bens como motocicletas e carros para os filhos (garantido a sua mobilidade), internet, doação de área de terras, arrendamento, entre outros. No caso das estratégias simbólicas está principalmente o discurso sobre a valorização da agricultura e da ocupação de agricultor, bem como as vantagens de viver no meio rural comparativamente ao urbano.

Moreira (2018), em trabalho realizado no município de Cruz Alta, RS, também reforça que os pais trabalham com estratégias com foco na manutenção dos filhos, tais como moradia separada (para os filhos casados ou com união estável); participação na gestão produtiva e da renda, incluindo as decisões sobre o plantio, colheita e comercialização, bem como participação nos lucros através de pró-labore ou percentagem. Ainda, segundo Moreira (2018), são adotadas estratégias como arrendamento de terras em nome dos filhos, automóveis, pagamento de estudos (ensino superior) voltados à área das Ciências Agrárias, novos investimentos de negócios nas propriedades voltados para os filhos (como é o caso de Tambo de Leite) e até mesmo a organização de outra atividade não agrícola.

2.3.2 Consequências da saída dos jovens do campo

De acordo com Champagne (1986), as desvantagens em ser agricultor são as rendas insuficientes, o trabalho árduo e os horários não estabelecidos; e as vantagens, ser seu próprio patrão e ter proximidade com a natureza e com produtos frescos.

Segundo Anjos e Caldas (2005), o processo de êxodo rural vem se tornando mais exclusivo e tem tirado do campo as pessoas mais jovens, isso principalmente pela questão de não se ter grande demanda por mão de obra devido à modernização agrícola. Com a

modernização, a força de trabalho no meio rural vem se tornando masculinizada; isso resulta de uma necessidade menor da mão de obra feminina, a qual acaba deixando o rural em busca do mercado de trabalho na área urbana e de melhores oportunidades.

A continuidade das propriedades rurais acontecia por meio da permanência dos filhos na propriedade dos pais, assumindo a propriedade e as atividades desenvolvidas nesta, com isso os filhos herdavam a propriedade e tinham o dever de amparar os pais na velhice (SPANEVERELLO et al., 2017). Com a saída da população jovem do meio rural, surgem consequências que prejudicam as propriedades do meio rural, dentre as quais a perda de mão de obra qualificada, a falta de sucessores nas propriedades, a masculinização e o envelhecimento do campo.

Faccin e Schmidt (2013) mostram que os jovens deixam o campo para ir em busca de trabalho, estudo e outras oportunidades, as quais eles entendem que vão proporcionar melhores condições de vida. Isso acarreta em diminuição da população rural, perda da mão de obra qualificada e, muitas vezes, acabam não sendo preparados para suceder o pai nas atividades da propriedade. A saída dos filhos das propriedades dos pais em busca de oportunidades nas cidades resulta na dificuldade de quem permanecerá na propriedade para conduzir os negócios da família. A falta de sucessores nas propriedades preocupa do ponto de vista de qual será o futuro das propriedades rurais e quem irá amparar os pais na velhice, já que os filhos não residem mais na propriedade (SILVESTRO et al., 2001; SPANEVERELLO et al., 2014).

Com a saída de jovens das áreas rurais, principalmente os do sexo feminino e mais escolarizados, acaba comprometendo-se a constituição de novas famílias no meio rural, uma vez que a população feminina acaba sendo inferior à população masculina em todas as faixas etárias, resultando no processo de masculinização da população do meio rural (MAIA, 2014). Isso acaba por afetar a perspectiva de casamento de rapazes e moças do meio rural, já que depende da disponibilidade de jovens no próprio meio rural, pois é incomum moças da cidade casarem com rapazes agricultores (BRUMER, 2007).

As moças vêm deixando o campo em um número bem maior do que os rapazes, mas isto não está ligado somente a oportunidades de trabalho no meio urbano, mas também à importância e à autonomia inferior que são dadas a elas no meio rural pelas próprias famílias (ABRAMOVAY et al., 1998).

Segundo Anjos e Caldas (2005), além da masculinização do meio rural, também está sendo enfrentado outro problema que é a questão do envelhecimento. Isso se deve à diminuição da população jovem do meio rural, resultado da baixa taxa de fecundidade e da

expectativa de vida ter aumentado. Este problema tem se mostrado maior na região sul do que no restante do país. Com a visão dos jovens de melhores oportunidades de trabalho, de lazer e de condições de vida nas cidades, a população que permanece no campo é a mais idosa, o que acaba resultando no envelhecimento da população rural e a preocupação com a sucessão das propriedades rurais (SPANEVERELLO et al., 2017).

A redução de jovens no meio rural, combinada com a masculinização, com o envelhecimento e com a baixa taxa de fecundidade, acaba por se tornar preocupante e prejudicial ao desenvolvimento do rural. Com isso, pode-se observar que pertence à área urbana um índice maior de População Economicamente Ativa e produtiva, e no campo essa renovação de força de trabalho acaba ficando prejudicada com o envelhecimento e a masculinização (ANJOS; CALDAS, 2005).

De acordo com Spanevello et al. (2017), a diversificação da produção e das atividades desenvolvidas nas propriedades no meio rural pode ser uma maneira de garantir que os filhos permaneçam na propriedade.

2.3.3 Atividades não agrícolas e a relação com a permanência dos jovens no campo

Silvestro et al. (2001), em seu estudo, destaca que as atividades não agrícolas estão associadas mais à fragilidade das condições de vida do que a novas alternativas para a geração de renda. As rendas não agrícolas estão agregadas a agricultores mais pobres que buscam nestas atividades a geração de uma renda maior.

Em estudo realizado em Santa Catarina, Simioni, Hoff e Silva (2016) mostram que o desenvolvimento rural precisa promover alternativas para gerar renda para as famílias rurais e, desta forma, proporcionar qualidade de vida, colaborar para o processo sucessório e para a sustentabilidade destas no meio rural.

Em Israel, Sofer (2001) identificou que o número de famílias rurais que dependem apenas de rendas agrícolas está diminuindo significativamente, pois procuram a inserção em atividades não agrícolas para a geração de renda e o sustento de sua família, a qual acaba na maioria dos casos sendo maior do que a renda de atividades essencialmente agrícolas.

Na União Europeia, a agricultura é uma das principais atividades desenvolvidas na área rural, mas muitos agricultores desenvolvem atividades para complementar a renda, como processamento de alimentos e a recepção de turistas. Esta prática é incentivada e apoiada pela União Europeia através de seus programas que visam ao desenvolvimento rural. A diversificação do meio rural apresenta como fatores mais relevantes a localização da

propriedade, a motivação dos agricultores e o capital físico e humano disponível na propriedade (BOHATOVA; SCHWARCZ, 2016).

De acordo com Suess-Reyes e Fuetsch (2016), em uma revisão sistemática realizada em 53 artigos que abordam fatores relacionados a estratégias inovadoras e orientadas à sucessão na agricultura familiar, foi possível observar que a queda da renda e as mudanças rápidas que vêm ocorrendo no meio rural fazem com que as famílias de agricultores inovem e busquem novas estratégias para gerar renda para a família e para a continuidade da agricultura familiar, garantindo a existência dos negócios na propriedade rural.

Conforme Reardon, Cruz e Berdegú (1998), são as propriedades mais vulneráveis que têm a necessidade de fontes de renda adicionais, além das provenientes das atividades agrícolas; porém são estas que possuem maior dificuldade em capital humano, produtivo e maiores barreiras para ter acesso a crédito para financiamentos, ao contrário das propriedades capitalizadas, as quais têm maior oportunidade para gerar renda com atividades não agrícolas.

Em estudo realizado nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul, pode-se concluir que a permanência dos jovens no meio rural está ligada essencialmente à disponibilidade de recursos econômicos do estabelecimento rural que é atingido pela modificação dos meios de produção e de geração de renda, principalmente pelo complemento de renda através de atividades não agrícolas e pela busca por novas atividades na própria propriedade, como é o caso das agroindústrias (DEGGERONE; LAROQUE; BARDEN, 2014). O novo rural pode se mostrar como um grande aliado para a permanência dos jovens nas propriedades rurais, desta forma garantindo a sucessão nas propriedades.

Anjos, Caldas e Costa (2006) mostram, como conclusão de estudos em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul, que tanto a renda agrícola como a não agrícola não é o único componente para explicar as dificuldades da permanência dos filhos. Para os autores, fatores como a falta de remuneração pelo trabalho exercido na propriedade ou até mesmo uma bonificação pela participação na produção agropecuária e comercialização são fatores importantes no fomento à sucessão. Os autores reforçam que atividades capazes de gerar renda associada à inclusão dos jovens no trabalho (e na divisão dos lucros) podem favorecer a sucessão. Como é o caso da pluriatividade e da aposentadoria rural, que favorecem uma remuneração e um padrão de vida (em especial de consumo) aceitável pelos jovens.

As atividades não agrícolas e, em destaque, a pluriatividade, têm se mostrado uma excelente opção para incentivar a população jovem a ficar no meio rural e ali se estabelecer, devido a estas atividades permitirem independência, garantia financeira e proximidade com a cidade (PANNO; MACHADO, 2014). As atividades não agrícolas geram rendas maiores do

que as atividades essencialmente agrícolas e são determinantes para o desenvolvimento do meio rural (SILVESTRO et al., 2001).

No contexto da problemática da migração juvenil rural associada a novas alternativas de geração de renda e inclusão social para a juventude rural, Zanol (2013) citado por Signor (2019, p. 20) pontua que “as possibilidades de contornar esses processos passam pelo fomento e incentivo às atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e, por consequência, ao atendimento das aspirações dos jovens para estabelecerem-se no campo, diversificando formas de trabalho”. Signor (2019) defende que as atividades não agrícolas podem ser compreendidas sob o olhar do empreendedorismo. Para o autor, tornar a juventude rural empreendedora pode favorecer a permanência dos jovens no campo e assegurar a manutenção do desenvolvimento rural.

Ainda, segundo Signor (2019), este empreendedorismo passa pelo exercício das atividades não agrícolas, pela pluriatividade e pela transformação de produtos, agregando valor econômico e social ao rural e ao espaço de origem dos jovens. Suess-Reyes e Fuetsch (2016), em seu estudo, concluem que as propriedades familiares que inovam e usam estratégias sustentáveis têm a possibilidade de ter sucessores, porque se tornam interessantes para estes, pois os quesitos sustentáveis podem representar maior inserção da produção no mercado com consumidores específicos, gerando uma renda significativa e superior aos produtores convencionais, sendo esta uma motivação para eles e para a manutenção e seguimento das propriedades. Empreender com novas atividades não agrícolas entre os jovens, para Signor (2019, p. 22) representa “uma possibilidade de atender anseios pessoais revitalizando e desenvolvendo as regiões”.

2.3.4 Questão sucessória

A permanência do jovem no campo está atrelada a fatores motivacionais que podem favorecer a sucessão geracional. O principal fator de permanência dos jovens no campo é a reprodução dos negócios e do patrimônio da família. Segundo Spanevello (2008) e Weisheimer (2009), a sucessão é entendida como a transferência da gestão, dos negócios desenvolvidos na propriedade e do patrimônio para as próximas gerações; resumidamente, é a transferência do patrimônio e dos negócios para os filhos sucessores.

No entanto, há possibilidade de os jovens não quererem ficar no campo, nem ser o sucessor paterno, já que há outras perspectivas quanto à sucessão e à permanência. Segundo Chiswell (2018) e Grubbstrom e Erikson (2018), os agricultores das gerações mais velhas

eram subordinados a dar continuidade às obrigações familiares e agrícolas; as gerações mais novas têm a liberdade de escolher entre as várias oportunidades que lhes são oferecidas, desta forma não sendo a sucessão, às vezes, a mais atrativa.

Em estudo realizado por Grubbstrom e Erikson (2018), na Suécia, foi constatado que alguns agricultores, que têm futuros sucessores, estão preocupados com a questão do filho em encontrar um(a) parceiro(a) que demonstre interesse pela agricultura e em permanecer no meio rural, sendo este um obstáculo que pode vir a impedir a sucessão da propriedade ou dos negócios da família.

A maneira pela qual um sucessor assume o negócio ou a propriedade da família pode ter complicações para o seguimento do negócio e da propriedade rural, pois, se o sucessor não for preparado, não tiver o conhecimento necessário para assumir a propriedade, pode tornar-se uma ameaça à continuidade da agricultura familiar (CHISWELL, 2018; GASSON; ERRINGTON, 1993). Acredita-se que é necessário que o candidato a sucessor receba níveis de responsabilidade dentro da propriedade enquanto é preparado, para que desta maneira esteja apto para assumir o negócio; a delegação lenta de responsabilidades ao futuro sucessor por parte dos pais pode diminuir a motivação dos filhos em ser o sucessor da propriedade (CHISWELL, 2018).

Duesberg, Bogue e Renwick (2017) identificaram que propriedades com possíveis sucessores seguem o caminho da expansão e inovação, já as que não possuem permanecem muitas vezes estabilizadas. Milani, Spanevello e Zorzi (2012), em seu estudo, apontam que produtores de leite param com os investimentos devido à falta de sucessores, sendo este um motivo para não investirem mais nas propriedades e conseqüentemente na produção de leite.

O envolvimento dos possíveis sucessores nas tarefas da propriedade resulta na dependência do agricultor de seus sucessores e conseqüentemente aumenta o interesse destes em se tornar o futuro sucessor (CHISWELL, 2018). Na Suécia, alguns sucessores dizem ser importante o auxílio da geração mais velha para a viabilidade financeira das propriedades, para ajudar a cuidar das crianças enquanto o casal jovem trabalha e até pela questão de se ter alguém para discutir algumas decisões a serem tomadas, já que os pais têm anos de experiência e apego emocional pela propriedade (GRUBBSTROM; ERIKSON, 2018).

Fatores como autonomia de renda, trabalho e moradia são considerados relevantes à garantia de sucessão das propriedades. No caso do Rio Grande do Sul, de modo geral, a sucessão ou a transmissão ocorre de forma tardia, segundo Spanevello (2008), pois o filho, na maioria dos casos, assume a propriedade após a aposentadoria ou a morte do pai, não sendo muitas vezes preparado para a sucessão da propriedade, o que pode ter reflexos negativos. A

sucessão ocorre de maneira tardia porque os pais querem permanecer na propriedade e manter autoridade sobre ela, mesmo estando aposentados. Isso para ter a garantia de que, ficando ao máximo na propriedade e mantendo o poder sobre ela, terão o amparo dos filhos na velhice.

Considerando estas variáveis, Gasson e Errington (1993), em estudo no Reino Unido, afirmam haver outras formas de permanência e de sucessão, apresentando quatro modelos sucessórios. Modelo um: o filho reside em uma propriedade separada do pai, toma as suas decisões e é independente financeiramente, mas em caso de aposentadoria do pai assume a propriedade dele; modelo dois: o filho reside na propriedade do pai, mas tem negócio próprio na propriedade da família, tendo autonomia sobre a atividade que realiza e desta possui independência financeira; modelo três: o filho trabalha e desenvolve atividades em parceria com o pai e pode tomar algumas decisões; modelo quatro: o filho mora com o pai, ajuda nas atividades desenvolvidas na propriedade, mas não possui autonomia e assume a propriedade em caso de morte ou de aposentadoria do pai, estando menos preparado para a sucessão, pois é visto como força de trabalho.

Moreira (2018), em seu estudo realizado em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, também apresenta arranjos sucessórios a partir de variáveis como local de moradia, autonomia na gestão do negócio e renda. Os resultados encontrados pelo autor remontam a seis arranjos (também chamados de modelos). Modelo um: o filho reside na propriedade, em casa separada do pai, com autonomia para administrar os negócios e autonomia econômica; modelo dois: o filho reside na cidade, mas possui autonomia no negócio, embora não gere a renda; modelo três: o filho mora na cidade, com gerenciamento parcial do negócio e gerenciamento de renda; modelo quatro: o filho reside na propriedade com administração parcial do negócio e gerenciamento de renda; modelo cinco: o filho possui residência na cidade com administração parcial do negócio e sem gerenciamento de renda; modelo seis: o filho possui residência na propriedade com administração parcial do negócio e sem gerenciamento de renda.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este item trata da apresentação do formato (tipo) da pesquisa, bem como a descrição do local (município) da coleta de dados, da forma como foi realizada a coleta de dados (entrevistas), bem como os procedimentos de análise dos dados gerados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, será utilizado o método qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas, realizadas nas propriedades rurais com os jovens.

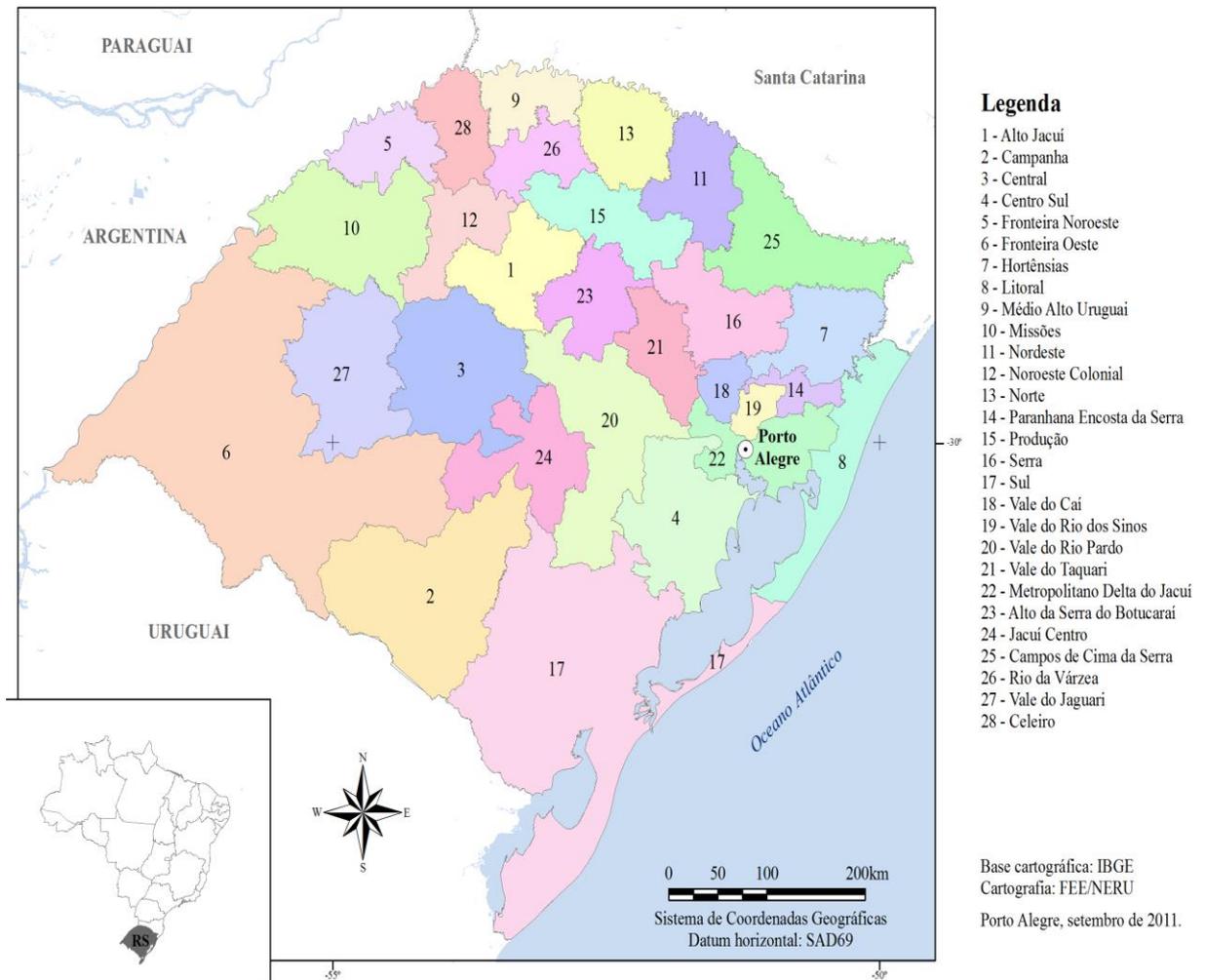
De acordo com Minayo (2007), o método qualitativo se aplica ao estudo da história, das relações, representações, crenças, percepções e opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como constroem seus artefatos e a si mesmos, como vivem, sentem e pensam. Esse método permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

3.2 LOCAL DE PESQUISA

De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019), o Rio Grande do Sul está dividido em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) (Figura 1), os quais foram criados em 17 de outubro de 1994, pela Lei 10.283. Os COREDES representam um agrupamento de municípios com características sociais, econômicas, naturais e produtivas comuns do território gaúcho.

Esta organização via COREDES tem como objetivos a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Figura 1 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul



Fonte: Extraído de FEE (2015).

O Quadro 1 mostra um detalhamento com extensão, população e número de municípios que compõem cada COREDE.

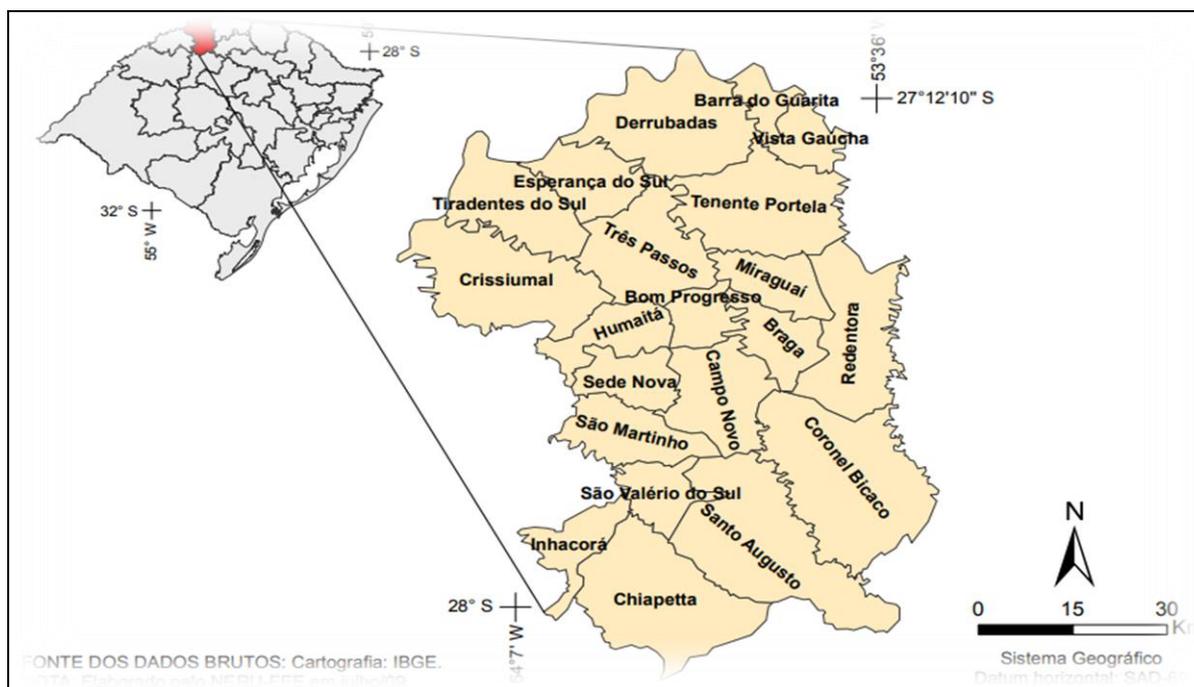
Quadro 1 - Detalhamento dos 28 COREDES

Corede	População (hab.)	Área (km²)	Nº de municípios
Alto da serra do Botucarai	104.081	5.761,7	16
Alto Jacuí	158.460	6.893,8	14
Campanha	217.615	18.241,5	7
Campos de Cima da Serra	103.336	10.400,2	10
Celeiro	144.641	4.743,0	21
Central	403.685	12.395,9	19
Centro-Sul	263.281	10.380,3	17
Fronteira Noroeste	211.369	4.689,0	20
Fronteira Oeste	514.454	46.237,1	13
Hortênsias	140.542	6.257,6	7
Jacuí-Centro	141.877	8.101,2	7
Litoral	342.431	7.115,8	21
Médio Alto Uruguai	151.919	4.200,3	22
Metropolitano Delta do Jacuí	2.553.390	5.651,4	10
Missões	250.041	12.855,5	25
Nordeste	134.095	6.275,6	19
Noroeste Colonial	181.170	5.168,0	11
Norte	229.772	6.364,2	32
Paranhana-Encosta da Serra	219.969	1.732,8	10
Produção	362.597	6.002,7	21
Rio da Várzea	134.316	4.907,8	20
Serra	942.465	6.947,5	32
Sul	868.384	34.938,2	22
Vale do Caí	188.908	1.854,4	19
Vale do Jaguari	114.341	11.254,1	9
Vale do Rio dos Sinos	1.402.984	1.398,5	14
Vale do Rio Pardo	435.890	13.171,7	23
Vale do Taquari	364.180	4.826,4	36

Fonte: Elaborado pela autora com base em FEE (2015).

Para este estudo, selecionou-se como base o COREDE Celeiro, do qual fazem parte 21 municípios, com um total de 144.641 habitantes. Este foi escolhido por estar entre os 10 COREDES com maior número de municípios e por fazer parte deste o município de Santo Augusto, no qual a pesquisadora do trabalho reside. A Figura 2 mostra o mapa do COREDE Celeiro com seus respectivos municípios.

Figura 2 - Municípios do COREDE Celeiro



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2015).

A partir do COREDE escolhido, foi selecionado o município de Crissiumal. Este município foi escolhido devido às seguintes razões: 1) É um dos municípios do COREDE Celeiro com maior número de habitantes na área rural, com cerca de 56% da população, representando 7.960 habitantes; 2) É de fácil deslocamento para o desenvolvimento da pesquisa; e 3) Apresenta um histórico de agroindustrialização da produção agropecuária. O município, segundo informações disponíveis, apresenta uma Rota Turística denominada “Mundo Colonial”, onde é possível conhecer aproximadamente 30 agroindústrias. Estas informações reforçam a escolha deste local como campo de estudo em razão da presença de atividades não agrícolas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL, 2019).

Apesar de o município em questão apresentar maior população vivendo do campo, este índice tem decrescido a cada Censo Demográfico. De acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2019), a população residente na área rural em 1991 representava 62,8% da população total, em 2000 caiu para 59,6% e em 2010 foi de 56%.

Com relação à população juvenil, o Quadro 2 mostra que a população juvenil¹ tem sido menor a cada contagem do Censo Demográfico. No Censo Demográfico de 1991, o percentual de jovens representava 26,5% da população total rural, enquanto em 2000, 21,2% e

¹ Usa-se a referência de jovens pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, conforme denominação da Organización de Las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO).

em 2010 o percentual era de 17,8%. Considerando as diferenças entre moças e rapazes, pode-se dizer que as mesmas não são significativas.

Quadro 2 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade no município de Crissiumal – RS

Grupo de idade	Ano x Sexo								
	1991			2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	11696	5988	5708	9056	4599	4457	7960	4048	3912
15 a 19 anos	1137	589	548	877	464	413	623	337	286
20 a 24 anos	1013	548	465	481	278	203	394	195	199
25 a 29 anos	945	505	440	563	328	235	401	209	192

Fonte: IBGE. (Censos Demográficos).

O município de Crissiumal possui, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 1.592 propriedades rurais. Considerando a faixa etária dos proprietários, verifica-se que produtores rurais com menos de 35 anos representam 100 produtores, já com idade acima de 55 anos o número de produtores é de 803. Estes dados reforçam a perspectiva do envelhecimento dos produtores frente à saída dos jovens e as dificuldades de renovação da gestão das propriedades conforme já apontavam os estudos de Spanevello et al. (2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Crissiumal era de 0,712, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799) (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2019).

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O público-alvo deste estudo são os jovens/filhos de agricultores que apresentam as seguintes características: residem no meio rural nas propriedades paternas ou estabelecidas de forma independente em outras propriedades; residem no meio rural, exercendo atividades não agrícolas, pluriativas ou para-agrícolas como forma de geração de renda. A faixa etária considerada para inclusão nas entrevistas delimitou-se entre 15 e 29 anos. No entanto, durante a coleta de dados foram identificados sucessores com faixa etária superior à recortada inicialmente. Como forma de complementar e ampliar o número de entrevistas foram mantidas a coleta e a análise de dados.

A amostra se limita ao número de entrevistados dentro do município selecionado, sendo, desta forma, selecionados por amostra de conveniência, que é uma técnica muito

comum que consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível, ou seja, os indivíduos envolvidos nessa pesquisa são selecionados porque eles estão disponíveis, não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico (MAGALHÃES; LIMA, 2008).

Os entrevistados foram selecionados a partir da indicação do extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que atua no escritório do município. A escolha da EMATER para indicar os entrevistados tem como razão o fato desta atuar nas propriedades dos municípios, conhecendo desta maneira as famílias, facilitando a indicação das propriedades nas quais residem jovens.

No total, foram selecionadas 26 propriedades que desenvolvem atividades não agrícolas (podendo estar associadas atividades agrícolas) e entrevistados 26 jovens que executam estas atividades independentes ou no conjunto da família, sendo possíveis sucessores ou não.

As entrevistas são contatos sociais e não simplesmente meios de obter informações; elas são orientadas por regras, e as partes trazem consigo expectativas quanto ao seu conteúdo e o papel que devem adotar. É importante que os entrevistados saibam o que é solicitado, mas também o que é esperado deles (MAY, 2004). As entrevistas são do tipo semiestruturadas. De acordo com May (2004), a entrevista semiestruturada aproxima-se mais de um diálogo, focado em determinados assuntos, do que uma entrevista formal e baseia-se em um guia de entrevista adaptável ou predeterminado.

Além das questões mencionadas anteriormente, também é discutida a relação deles com as rendas não agrícolas e a sucessão das propriedades. Também se buscará identificar se estes jovens serão futuros sucessores, a relação destes com seus pais ao desenvolverem atividades na propriedade ou junto com estes, buscando desta forma identificar a autonomia dos jovens dentro da propriedade.

As entrevistas foram divididas em cinco sessões, mediante as quais se buscará alcançar os objetivos deste estudo, seguindo a ordem apresentada abaixo, no Quadro 3:

Quadro 3 - Estrutura das entrevistas

Sessões	Pontos que foram discutidos
1ª Sessão	- Caracterização geral dos entrevistados (caracterização pessoal, dados sobre moradia, sobre formação, lazer e da propriedade).
2ª Sessão	- Mapeamento das principais atividades não agrícolas desenvolvidas pelos jovens (os tipos de atividades não agrícolas, onde são realizadas, quem realiza, a renda que a atividade gera para a família, qual atividade mais gosta e menos gosta de fazer). - Atividade agrícola desenvolvida (se for desenvolvido algum tipo de atividade agrícola).
3ª Sessão	- Avaliar os fatores que propiciam a inserção de jovens em atividades não agrícolas (o que levou os entrevistados a se inserirem nas atividades não agrícolas, função que desempenha nesta atividade, pontos positivos e negativos da atividade, renda gerada para a família e para o jovem). - Possui outra renda. - Como avalia o modo de vida no meio rural.
4ª Sessão	- Compreender de que forma as atividades não agrícolas podem contribuir para a sucessão (quais fatores são importantes para o jovem permanecer, razões para querer ou não ser sucessor). - Perspectiva quanto a assumir a propriedade (há diálogo sobre o futuro).
5ª Sessão	- Características e arranjos sucessórios presentes nas propriedades estudadas (pretende ser o sucessor, considera-se preparado, como vem sendo o processo de autonomia, se ficar como pretende ficar).

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A análise dos dados consta de caracterização dos jovens entrevistados, das atividades que eles desenvolvem, da sua relação com as atividades não agrícolas, da geração de renda, da sua ligação com o urbano e da sua ligação com os possíveis arranjos sucessórios. Após a coleta das informações os dados foram organizados e gerados através do software Excel, sendo apresentado no formato de Quadros e Gráficos.

Além da estatística descritiva, os dados também foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo. Esta se define como um aglomerado de técnicas de análise das comunicações e tem este método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. A mesma se dá através do estudo de textos e documentos. É uma técnica que visa à análise de comunicações. É um método que é aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, sendo que, na segunda, é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é levado em consideração (BARDIN, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados detalhados neste capítulo buscam fazer uma caracterização dos entrevistados. Este Capítulo está organizado em duas seções: a primeira faz uma caracterização pessoal dos entrevistados e das propriedades em que estes residem; a segunda, uma avaliação dos aspectos sociais e produtivos da ocupação e do rural segundo os entrevistados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DAS PROPRIEDADES RURAIS

Os resultados deste estudo contemplam um total de 26 jovens residentes na área rural do município de Crissiumal, com idades entre 17 e 32 anos. No total, 11,54% dos entrevistados têm entre 17 e 18 anos; 26,92% entre 19 e 21 anos; outros 26,92% na faixa etária de 22 a 25 anos; 7,69% dos entrevistados entre 26 e 28 anos; e 26,92% com idade entre 29 e 32 anos. Destes 26 entrevistados, nove são do sexo feminino (com um percentual de 34,62%) e 17 do sexo masculino (representando 65,38%).

Quanto ao estado civil, 69,23% deles são solteiros (correspondendo a 18 entrevistados do número total), 15,38% são casados (quatro entrevistados) e outros 15,38% (quatro entrevistados) apresentam união estável.

Dos 26 entrevistados apenas cinco possuem filhos, ou seja, um percentual de 19,23%. Analisando esses dados sobre o estado civil e o número de filhos dos entrevistados, percebe-se que a família patriarcal foi e ainda é uma presença marcante na sociedade rural brasileira. Entretanto, não se pode dizer que as pessoas vivem como nas gerações anteriores. Há diversas mudanças ocorrendo nessa instituição social. Castells (2013), analisando a crise do patriarcalismo na sociedade americana e a redefinição da vida familiar, indica que não há um desaparecimento da família, mas alterações na forma familiar.

Essas alterações podem ser visualizadas a partir de algumas comparações com o modo de vida das gerações passadas, tais como a formação de união estável (em substituição ao casamento), os casamentos mais tardios (com jovens em idade mais avançada), o menor número de filhos (como resultado da redução das taxas de fecundidade das mulheres rurais), as estruturas familiares mais reduzidas (apenas uma geração sob o mesmo teto) como forma de garantir a individualização dos casais mais jovens e os conflitos entre as gerações, entre outros (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Dentre os entrevistados, cinco estudam, enquanto 21 afirmam ter concluído a formação escolar. Entre os que estudam, dois frequentam cursos de Pós-Graduação, um Graduação em Agronomia, outro em Geografia e outro ainda em Administração. Dos 21 que concluíram os estudos temos o seguinte panorama: 12 possuem entre ensino médio incompleto e superior incompleto, dos nove restantes tem-se que quatro são Técnicos em Agropecuária, dois com Graduação em Administração, um em Agronomia, outro em Gestão Ambiental e uma Enóloga.

Esses resultados vão ao encontro de estudo realizado por Martins, Trindade e Almeida (2003), no qual os autores apontam que a perspectiva dos jovens rurais se iniciava e terminava com o ensino médio, não avançando para níveis de escolaridade superiores. Pode-se dizer que todos tiveram acesso a, pelo menos, uma formação básica que lhes permita acumular conhecimento para aplicar dentro das próprias propriedades, ou deu a eles a possibilidade de conseguir uma atividade remunerada mesmo que fosse fora da propriedade, pois todos têm conhecimentos básicos necessários e essenciais como ler, escrever, entre outros.

Segundo Funk, Borges e Salamoni (2006), a agricultura familiar possui uma produção diversificada, o que é produzido na propriedade é usado para o consumo, e o excedente é vendido para obter renda para a manutenção da família, esta é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil. As propriedades em que os jovens residem podem ser consideradas familiares, sendo que três jovens residem em propriedades com área de terra inferior a cinco hectares. No geral, 75% dos entrevistados residem em propriedades com até 30 hectares.

Dos 26 entrevistados, a quase totalidade (24 jovens) afirmou que a terra é própria (no caso de seus pais), e os outros dois disseram que uma parte é própria (de seus pais) e outra arrendada (pais arrendam de terceiros). Em 65,38% dos casos os jovens moram na casa dos pais, e os outros 34,62% moram em casa separada (mas na propriedade dos pais). Ou seja, existem esses dois casos de situação de moradia dos jovens, sendo que 17 pertencem ao primeiro caso e nove ao segundo. A distância das propriedades até a cidade de Crissiumal varia de menos de 1 km (dois jovens) até 5 km (11 jovens), de 6 a 10 km (seis jovens), de 11 a 15 km (seis jovens) e de 16 a 20 km (apenas um jovem).

Nas propriedades são desenvolvidas atividades agrícolas (Quadro 4), sendo que a quantidade de atividades varia de uma propriedade para outra. Em algumas propriedades é desenvolvida apenas uma, enquanto em outras se registra a combinação de mais de uma atividade agrícola, além das não agrícolas. De acordo com Schneider e Fialho (2000), a conciliação de atividades agrícolas com as não agrícolas se tornou uma estratégia de

reprodução das propriedades familiares e uma forma de ocupação da mão de obra disponível no meio rural.

Quadro 4 - Atividades agrícolas

Atividades agrícolas	Frequência	Percentual
Leite e grãos	4	15,38%
Grãos	3	11,54%
Vinhedos	1	3,85%
Leite	4	15,38%
Grãos, leite e suínos	2	7,69%
Pomar	1	3,85%
Grãos, piscicultura e gado de corte	1	3,85%
Grãos, leite e fumo	3	11,54%
Leite e fumo	3	11,54%
Hortaliças	2	7,69%
Nenhuma atividade agrícola	2	7,69%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Conforme o Quadro acima, as atividades agrícolas mais desenvolvidas são: leite, grãos, suínos e fumo, com registro também de duas propriedades onde as pessoas estão empenhadas em desenvolver atividades não agrícolas (que serão apresentadas no decorrer desta análise).

4.1.1 Avaliação dos aspectos sociais e produtivos da ocupação e do rural segundo os entrevistados

Neste item, são trabalhadas, inicialmente, a partir da percepção dos jovens, as questões que envolvem o ficar e o sair do campo, analisando o trabalho executado pelos entrevistados, as avaliações sobre o rural e sobre a ocupação e a autonomia nas propriedades.

Considerando as questões que envolvem o permanecer ou o sair do rural, os entrevistados foram indagados sobre as atividades que executam atualmente, ou seja, quais atividades desempenham. O Quadro 5, a seguir, retrata o envolvimento em atividades agrícolas e não agrícolas ou apenas não agrícola. Verifica-se que a maioria dos entrevistados apresenta dupla jornada de trabalho, sendo este um fato presente em todos os casos onde os jovens são do sexo masculino.

O relato dos jovens é que esta dupla jornada de trabalho se dá da seguinte forma: 1) Eles realizam as atividades agrícolas antes e depois que chegam da atividade não agrícola

(sendo antes e depois do trabalho que realizam na cidade ou fora da propriedade). 2) Desenvolvem a atividade nos finais de semana e feriados. 3) Desenvolvem todos os dias antes e depois da atividade não agrícola e também nos finais de semana e feriados.

Quando as jovens desenvolvem atividades agrícolas, a maioria consiste em ajudar na produção de leite (na ordenha e na alimentação dos animais). Mesmo que desenvolvam outra atividade agrícola na propriedade, as jovens ficam incumbidas de realizar esta atividade, ajudando todos os dias no turno da manhã e da tarde e nos finais de semana. Esse fato vai ao encontro do estudo de Paulilo (2004), em que as mulheres do meio rural desempenham dupla ou até tripla jornada de trabalho (além da atividade não agrícola, a atividade agrícola e os afazeres domésticos), sem receber, na maioria das vezes, por isso (como é o caso das jovens entrevistadas). Estas são destinadas a fazer trabalhos que dependem de mais mão de obra e que dispõem de menor tecnologia.

De acordo com Zoccal et al. (2004), as mulheres assumem papel importante em atividades como a produção de leite e de seus derivados; os homens são destinados a realizar atividades que demandam maior esforço físico, e isso acaba resultando para a mulher em uma dupla jornada de trabalho. Embora as mesmas desempenhem papel fundamental na produção de leite, dificilmente são elas que tomam as decisões sobre a atividade, ficando a gestão e a tomada de decisões sob responsabilidade dos homens. Quando a atividade se torna a principal fonte de renda da propriedade, a mulher deixa de ter, na maioria das vezes, o papel de responsável pela atividade (MILANI; SPANEVELLO; ZORZI, 2012).

Quadro 5 - Função na atividade

Função na atividade agrícola e na não agrícola				
E	Sexo	Tam. Propriedade	Atividade agrícola	Atividade não agrícola
1	M	45	Produção de leite e de grãos	Prestação de serviços
2	F	25	Não desempenha nenhuma função	Caixa
3	F	65	Manejo dos vinhedos e colheita das uvas	Enóloga e vendedora
4	F	22	Produção de leite	Secretária de escola
5	F	36	Produção de leite	Parte administrativa do setor de contabilidade da prefeitura
6	F	18	Não desempenha nenhuma função	Atendimento ao associado
7	F	3	Produção de leite	Assessora no setor de licitações da prefeitura
8	F	8,5	Plantação e colheita das frutas	Gestão+mão de obra+Trabalho externo
9	M	19	Produção de grãos, piscicultura e gado de corte	Agente comunitário de saúde
10	M	16	Produção de leite	Operador de máquina na marcenaria
11	M	31	Produção de grãos, leite e fumo	Vendedor agrícola
12	M	14	Produção de leite	Técnico em agropecuária
13	M	40	Produção de leite e fumo	Entregador
14	M	8	Produção de leite e fumo	Vendedor
15	M	9	Produção de leite e fumo	Borracheiro
16	M	8,5	Produção de leite e fumo	Vendedor
17	M	40	Produção de grãos, leite e fumo	Balconista
18	M	50	Produção de grãos, leite e suinocultura	Agrônomo
19	M	12	Produção de leite	Auxiliar de escritório
20	M	16,5	Produção de grãos e de leite	Técnico em agropecuária
21	M	12	Produção de leite	Almoxarife
22	M	27	Produção de grãos	Mão de obra
23	M	24	Produção de hortaliças	Gestão+mão de obra+Trabalho externo
24	M	24	Produção de hortaliças	Gestão+mão de obra+Trabalho externo
25	F	1	Não desempenha nenhuma função	Lavadora de carros
26	F	3600m ²	Não desempenha nenhuma função	Atendente e caixa

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao serem questionados sobre as atividades que mais gostam de realizar na propriedade, tem-se o seguinte panorama: executar tarefas relacionadas ao uso do maquinário, trabalhar com atividades voltadas a sistemas de produção específicos (leite, piscicultura, uva, fumo), atividades domésticas (limpezas), atividades de atendimento ao público (trabalho como caixa, assistência técnica, realizar vendas, lavagem de carros, entrega de mercadorias, atendimento ao associado).

Fazer a parte da gestão da propriedade, consertar as máquinas desta, outras respostas (caso de dois jovens) estão concentradas nas atividades que realizam no rural, na produção de leite em geral, bem como trabalhar com a produção de grãos (três jovens).

Em relação às atividades que os jovens menos gostam de fazer também obtivemos respostas variadas: sete jovens apontam não existir nenhuma atividade que eles não gostam de realizar, pois realizam todas as atividades necessárias nas propriedades, sem distinção. Os demais jovens responderam não gostar de atividades ligadas à parte produtiva agropecuária (passar veneno, assistência técnica da parte de irrigação, suinocultura, leite, abater frangos, trabalhar com abacaxis, trabalho braçal, semear as sementes para fazer as mudas de hortaliças, serviços de limpeza), além das atividades domésticas (limpar a casa) e demais atividades relacionados ao trabalho de forma indireta, tais como ir trabalhar em dias de chuva na cidade, fazer a parte de gestão de pessoas, visitar pessoas que não valorizam o trabalho deles, realizar as tarefas de escritório e comercializar a produção.

O que podemos perceber é que não é possível definir qual é a atividade que os jovens mais gostam ou menos gostam de fazer, pois é uma característica muito pessoal. Teve casos em que um jovem disse que gosta de trabalhar na atividade leiteira, mas também tivemos o jovem que disse que o que menos gosta de fazer é trabalhar com este sistema de produção.

A execução destas atividades acima citadas está relacionada também com a autonomia que cada um tem dentro das propriedades, não apenas para o desempenho das atividades, mas também para a gestão dos negócios, incluindo, por exemplo, ter a posse da terra, ter bloco de produtor e fazer investimentos bancários em seu nome. Segundo Spanevello (2008), a falta de autonomia dos jovens em poder tomar decisões, tanto produtivas como de gestão, e a falta de reconhecimento que eles têm de seus pais acaba por impulsionar a saída dos jovens do rural.

Apenas dois dos 26 jovens possuem área de terra em seu nome, ou seja, 7,69%. Contudo, 14 jovens possuem bloco de produtor rural (sendo quatro do sexo feminino e dez do sexo masculino). Quanto à questão de financiamentos, cinco jovens já fizeram financiamentos em seu nome (dois do sexo feminino e três do sexo masculino), representando um total de 19,23%. Muitas vezes, mesmo sendo o filho que toma conta da produção, quem realiza e tem

o controle sobre os financiamentos ainda são os pais, os quais não abrem mão disso (SPANEVELLO, 2008).

Com relação ao espaço em que vivem ou ao seu espaço de origem, 50% dos jovens consideram ótimo viver no meio rural e os outros 50% disseram que acham bom viver no meio rural, ou seja, 100% dos jovens aprovam o modo de vida neste meio; nenhum deles considera este meio regular ou ruim.

Conforme Spanevello (2008), a avaliação que os jovens tendem a fazer do rural geralmente é positiva, pois se trata do local em que construíram as referências familiares da infância, da primeira escola e dos primeiros amigos. Além disso, as condições atuais de comunicação e tecnologia aproximam o rural do urbano, não sendo visto como um local distante (socialmente) como nas gerações passadas. A autora ainda afirma que a recusa dos jovens sobre o modo de vida rural tem um peso grande sobre a forma como se gera renda do rural, geralmente sob uma atividade de renda anual, sujeita a intempéries climáticas e instabilidade de preço. Por isso, segundo Spanevello (2008), a recusa dos jovens em viver no rural tem como foco a recusa do trabalho e da renda e não necessariamente do modo de vida.

Com relação ao lazer que os jovens acessam, todos os entrevistados mostram participar de atividades de lazer, embora nem todos participem dessas atividades na comunidade onde residem (cinco jovens disseram não participar de atividades desenvolvidas em sua comunidade). Entre as justificativas para a não participação está o fato de ser uma escolha do entrevistado. De acordo com Stuari, Neckel e Ficagna (2016), hoje há alguns jovens que já consideram que sair do rural e abandonar as propriedades seria uma perda muito grande, visto que se perderia o investimento feito nela, a qualidade de vida que consideram ter no meio rural, a tranquilidade e, mesmo morando no rural, tem-se acesso ao lazer da mesma maneira como quem reside na cidade.

Além do lazer, os próprios espaços organizativos rurais também despertam interesse nos jovens, como é o caso das cooperativas agropecuárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo com Boessio e Doula (2016), mesmo não sendo de responsabilidade das cooperativas a questão da sucessão familiar, elas auxiliam na permanência dos jovens no campo, através de mecanismos que empregam para ajudar nas falhas comunicativas que ocorrem no âmbito familiar. Isso acontece nas reuniões onde geralmente comparece a família toda e não apenas o cooperado.

Ser sócio de cooperativas não é um fator predominante entre os jovens entrevistados. Dos 26 jovens, 12 (sete do sexo feminino e cinco do masculino) são sócios das diferentes cooperativas que estão situadas em sua região. Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

oito jovens são sócios, sendo três do sexo feminino e cinco do sexo masculino, tendo um percentual de 69,23% dos jovens que não se associaram.

Quando questionados sobre os fatores mais importantes para permanecer no campo, os entrevistados, como podemos observar no Quadro 6, destacaram ter vontade e dedicação pessoal, ter uma renda considerada satisfatória, ter reconhecimento, incentivo e apoio da família, ter acesso a terra, ter políticas públicas que vitalizem a instalação dos jovens e ter liberdade para introduzir inovações na propriedade. Estes fatores foram destacados como sendo de relevância no incentivo e apoio ao jovem a ficar no meio rural.

Segundo Spanevello (2008), o envolvimento e a responsabilidade dos filhos nas atividades desenvolvidas na propriedade, bem como o reconhecimento dos pais aos filhos e a geração de renda, contribuem para a permanência dos jovens no campo. Como se pode observar, ter uma renda considerada satisfatória está entre os fatores mais importantes para os jovens entrevistados. De acordo com Carneiro (2005), a renda pode influenciar de duas maneiras na permanência dos filhos, sendo elas: 1) a geração de renda resulta em condições melhores de vida e pode dar oportunidade de continuar os estudos; 2) a renda elevada mostra-se promissora aos jovens, o que os estimula a ficarem e investirem na produção, aumentando desta maneira a produtividade e a renda. Como se pode observar no Quadro 6, vários fatores são considerados importantes pelos jovens.

Quadro 6 - Fatores mais importantes para o jovem no meio rural

Fatores mais importantes para o jovem	Frequência
Reconhecimento, incentivo e apoio da família	6
Vontade e dedicação pessoal	11
Liberdade para introduzir inovações na propriedade	4
Acesso à propriedade de terra	5
Políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens	5
Conhecimentos adequados sobre a produção agrícola	3
Ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade	1
Participar de grupos de produtores, sindicatos e/ou cooperativas	1
Renda considerada satisfatória	10
Encontrar um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade	4
Autonomia e renda própria para seus gastos pessoais	2

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Muitas são as razões para um jovem querer ou não ser agricultor. Estas podem estar relacionadas a desejos pessoais, profissionais ou de iniciativas próprias, como podemos

observar no Quadro 7. Para parte dos entrevistados, para almejar a ocupação agrícola, é preciso querer ou ter vontade de ficar e gostar da atividade, pois é uma ocupação repleta de desafios e de experiências positivas de outros jovens sucessores no meio rural. Além destas motivações pessoais, são pontuados também ter o reconhecimento da família pelo trabalho desempenhado na propriedade e a necessidade de ter retorno financeiro. Para Gasson e Errington (1993), existem três fatores para um jovem querer ficar (ser o sucessor). São eles: características das unidades familiares, a conjuntura financeira da propriedade e conseguir produzir mais e mais para diminuir os custos e aumentar o lucro.

Para não querer ser agricultor, podemos observar apenas duas razões trazidas pelos jovens: a desmotivação pelos pais e a falta de se ter um horário certo para cumprir, tendo que trabalhar, muitas vezes, nos finais de semana. Os autores citados anteriormente apresentam três motivos para os filhos não ficarem (não haver sucessão): 1) o tamanho das propriedades (quando são muito pequenas), viabilidade econômica; 2) a redução da perspectiva de ser o herdeiro; 3) a possibilidade dos filhos em trabalhar na cidade (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Brumer e Spanevello (2008) corroboram dizendo que a pouca ou a falta de renda e desvalorizações da agricultura são vistos como principais fatores para os filhos não quererem ficar. Para Champagne (1986), os filhos decidem ficar ou não na agricultura frente a alguns questionamentos como: gera renda satisfatória? Tem futuro? Os mesmos levam em conta a situação financeira das propriedades como fator principal de escolha para depois considerar fatores emocionais de dar ou não continuidade à propriedade.

Quadro 7 - Razão para um jovem querer ou não ser agricultor

Razão para um jovem querer ou não ser agricultor	Frequência	Percentual
Razões comportamentais		
Tem que gostar do interior	1	3,85%
Ficar mais perto da família e devido à qualidade de vida no meio rural que é melhor	1	3,85%
Ser valorizado	1	3,85%
Vontade, gostar do que vai fazer, porque é uma profissão de desafios	3	11,54%
Querer ajudar os pais, dar continuidade na propriedade, gostar do meio rural	1	3,85%
Ter vontade e iniciativa	6	23,08%
Poder fazer seus horários, ser seu patrão	1	3,85%
Não ter horário certo e ter que trabalhar nos finais de semana	1	3,85%
Vontade, dedicação e reconhecimento	1	3,85%
Ter um exemplo de sucesso no meio rural e ter vontade	2	7,69%
Desmotivado pelos pais	1	3,85%
Razões econômicas		
Reconhecimento, um retorno financeiro satisfatório	3	11,54%
Acesso a terra e conhecimentos para produzir nesta terra	1	3,85%
Boa estrutura física e econômica	1	3,85%
Incentivo dos órgãos públicos	1	3,85%
Independência financeira	1	3,85%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As impressões acima relatadas pelos entrevistados se aproximam dos resultados dos estudos de Brumer e Spanevello (2008), com jovens agricultores familiares na região Sul do Brasil, bem como com o trabalho de Matte et al. (2019), com jovens pecuaristas e agricultores familiares, e do estudo do Weisheimer (2019), com jovens do Recôncavo da Bahia em que eles, frente ao discurso negativo dos pais sobre a atividade e frente à renda escassa e sem o reconhecimento do trabalho juvenil desenvolvido nas propriedades, tendem a deixar o campo. Ou seja, a saída dos filhos (processo que impacta diretamente na sucessão dos negócios da propriedade) não é motivada apenas por questões materiais, como recurso financeiro, tamanho de área, infraestrutura produtiva, entre outros.

O trabalho de Spanevello (2008) aponta que as propriedades sem sucessores estão nestas condições, entre outros motivos, pelo discurso negativo sobre a atividade agropecuária e sobre o rural cotidiano dos pais que levam os filhos a seguir para outras ocupações. Conforme Silvestro et al. (2001), o discurso mais intenso tende a ser das mães para as filhas, fazendo-as desistir da ocupação agrícola em razão da pouca valorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas, gerando implicações inclusive no momento da sucessão e da herança da terra.

Muito se discute sobre o esvaziamento do meio rural, de que o jovem está deixando o rural, de que o rural está envelhecendo. Ao questionar os jovens sobre esta questão 100% deles afirmaram que sim, que o jovem está deixando o rural. Os motivos para que isto aconteça, segundo eles, são muitos: não ter finais de semana livres, férias, feriados, ter propriedades pequenas, falta de uma renda mensal, falta de incentivo dos pais, falta de oportunidade, desinteresse dos jovens e a busca por melhores oportunidades fora da propriedade.

Quando questionados sobre quais seriam as aspirações futuras dos jovens entrevistados ou o que desejam para o futuro enquanto projeto de vida, destaca-se uma série de apontamentos conforme Quadro 8.

Quadro 8 - Aspirações futuras

Aspirações futuras	Frequência
Aspirações pessoais	
Constituir família	2
Continuar na propriedade e fazer agronomia	1
Ter a própria propriedade	1
Fazer faculdade de agronomia	2
Formar-se na faculdade	1
Dar estudo para a filha e fazer uma casa nova	1
Cursar uma pós-graduação	1
Voltar a trabalhar somente na propriedade	1
Que a agricultura e o jovem no rural fossem valorizados	1
Família bem estruturada com qualidade de vida	1
Aspirações financeiras	
Casa própria	5
Ter prédio próprio para a agroindústria e dar estudo para os filhos	1
Se aposentar bem	1
Ter mais terra	1
Que o negócio continue rentável	1
Estabilidade financeira	1
Aspirações relacionadas com o trabalho	
Trabalhar e subir de cargo	1
Ficar com o cargo de técnico agrícola	1
Automatização e inovação nas atividades que já realizo	1
Emprego melhor	1

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De modo geral, as aspirações perpassam por ter bens materiais (casa própria), qualidade de vida, buscando melhorar de vida, ter uma estabilidade e alguns almejam

melhorias para as atividades que realizam. Podemos ver que um dos jovens deseja algo mais em que a agricultura e os jovens no rural fossem mais valorizados, mostrando que a valorização também importa para eles. De acordo com Brumer et al. (2000), a renda satisfatória, a inserção da tecnologia para se tornar competitivo, a oportunidade de desenvolver atividades não agrícolas para obtenção de renda, a relação existente entre pais e filhos, a valorização das mulheres (filhas), a qualidade de vida no campo e a valorização da profissão como agricultor são perspectivas tanto econômicas como sociais de grande importância para a permanência dos filhos no meio rural.

A partir das aspirações levantadas pelos entrevistados, é possível alinhar que permanecer nas propriedades passa a ser um desejo de parte dos entrevistados, conforme será discutido mais adiante.

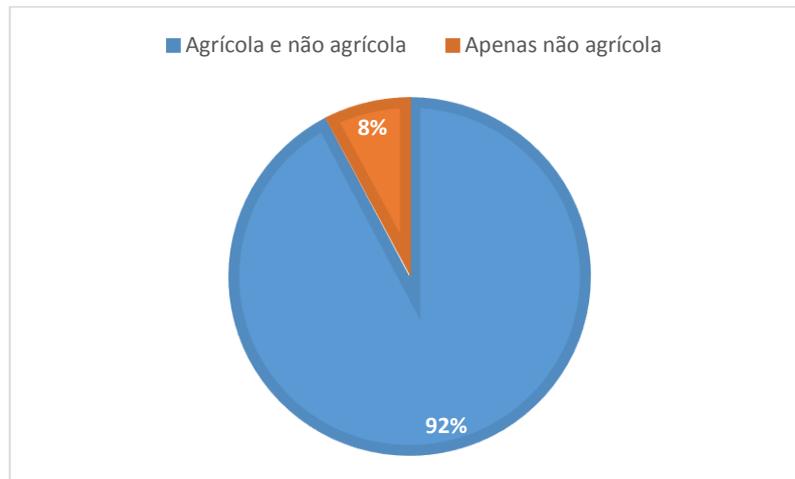
4.2 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Neste tópico, com os resultados, busca-se responder ao objetivo desta Dissertação, a qual visa a analisar as relações que se estabelecem entre sucessão no meio rural e atividades não agrícolas no município de Crissiumal. O mesmo está dividido em duas seções: a primeira mostra a inserção dos jovens nas atividades não agrícolas, e a segunda discute as possibilidades e os arranjos sucessórios possíveis entre os jovens entrevistados envolvidos nas atividades não agrícolas.

4.2.1 Inserção dos jovens nas atividades não agrícolas

Em 24 das propriedades (92,31% dos casos), as atividades desenvolvidas são agrícolas combinadas com atividades não agrícolas, desenvolvidas tanto internamente como externamente à propriedade. A Figura 3 a seguir ilustra os tipos deste percentual e a divisão das atividades.

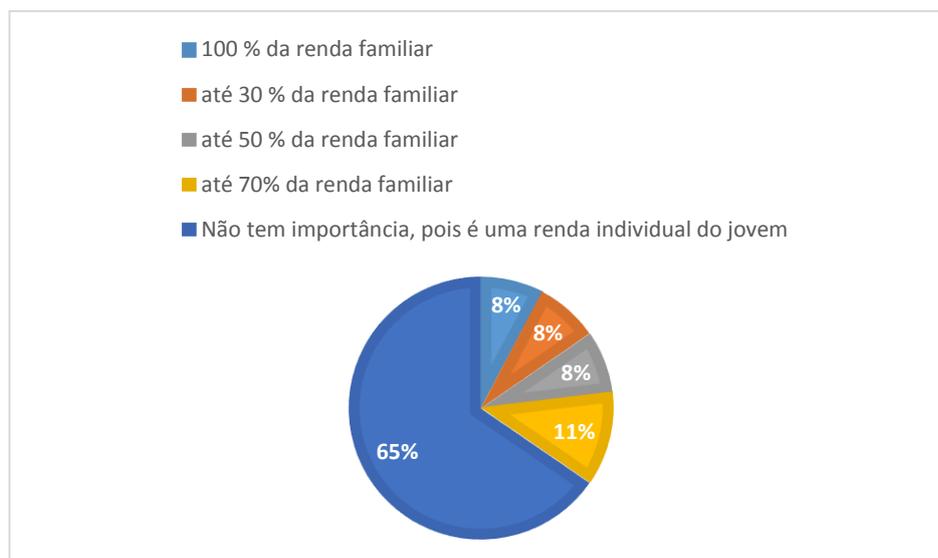
Figura 3 - Tipos de atividades



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Como pode ser visualizado na Figura 4, a importância da atividade não agrícola para a renda familiar é variável. Em 17 casos não tem importância para a renda da família, já que a renda oriunda da atividade não agrícola é exclusivamente do jovem, não sendo o restante da família dependente desta. Segundo Silva (2009), a renda das atividades não agrícolas tem caráter individual, diferente da renda agrícola que é destinada ao conjunto familiar; a renda não agrícola é destinada às mulheres e aos jovens, os quais desenvolvem estas atividades, garantindo desta forma uma independência financeira, possibilitando aos mesmos ficarem no rural com renda.

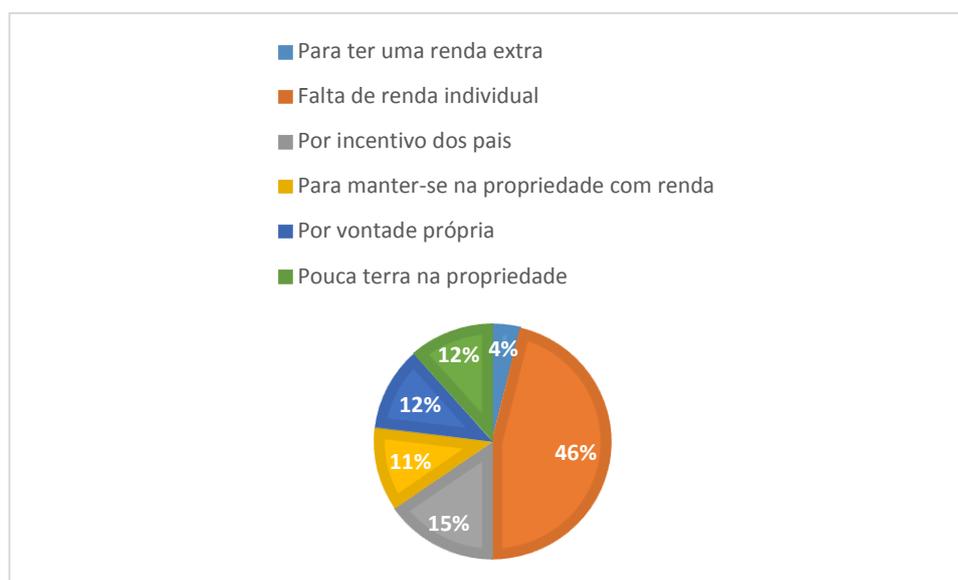
Figura 4 - Renda da atividade não agrícola para a família



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Entre os motivos pelos quais os jovens iniciaram a atividade não agrícola, merece destaque a falta de renda individual, como pode ser observado na Figura 5, a qual foi destacada como sendo o motivo principal por 12 dos jovens entrevistados. Marin (2017) e Silva, Silva e Pereira (2015) corroboram dizendo que as atividades não agrícolas são exercidas pelos jovens no intuito de garantir bens de uso pessoal e individual a que muitas vezes a renda agrícola não lhes permite ter acesso.

Figura 5 - Motivo pelo qual iniciou na atividade



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Dos 26 jovens, apenas quatro realizam a atividade não agrícola dentro da propriedade, os outros 22 desempenham-na fora (representando 84,62% dos casos). Quando questionados sobre quem trabalha na atividade não agrícola, obtivemos três respostas diferentes, sendo elas: somente o jovem em 21 dos casos, pais e filhos em três e pais e parte dos filhos nos outros dois casos, tendo desta maneira uma predominância da atuação do jovem na atividade não agrícola. Isso certamente está relacionado com o que foi apresentado na Figura 5, na qual se mostrava o motivo pelo qual iniciou na atividade não agrícola - a falta de renda individual, na maioria dos casos. A atividade permite que os jovens e as mulheres se insiram no mercado de trabalho e passem a ter renda, além de funcionar como meio de reprodução social (SPANVELLO et al., 2019).

Com relação às características ou classificações das atividades não agrícolas realizadas, tem-se que são tanto executadas a pluriatividade, a não agrícola propriamente dita e as para-agrícolas, conforme destacado a seguir:

1) Atividades pluriativas: apresentadas na Figura 6, consistem no desenvolvimento da atividade agrícola. Neste tipo de atividade pelo menos um dos membros da família desenvolve atividade não agrícola, seja ela dentro ou fora da propriedade. A pluriatividade, de acordo com Tonini (2013), tornou-se importante alternativa de reprodução social e geração de renda, além de se aproveitarem muitas vezes estruturas ou equipamentos já disponíveis nas propriedades.

2) Atividades não agrícolas: apresentadas na Figura 7, são as desenvolvidas dentro ou fora da propriedade tanto no rural quanto no urbano. Nesta delimitação nenhum da família desenvolve atividade agrícola na propriedade em que reside. Como exemplo, temos oficinas instaladas no rural, famílias que só residem na área rural, mas trabalham no urbano ou em outras propriedades no rural e/ou ainda a prestação de serviço. A prestação de serviços se torna uma maneira de aproveitar o maquinário (no caso do uso de maquinários), já disponível na propriedade para a geração de renda, além de ser uma forma de se obter o valor investido (no maquinário) mais rapidamente (LAURENTI, 2000).

3) Atividades para-agrícolas: ilustradas na Figura 8, são denominadas assim por ser o processamento de matéria-prima para agregação de valor, sendo está produzida dentro ou trazida de fora da propriedade. É o caso, por exemplo, das agroindústrias. Os produtos resultantes do processamento da matéria-prima podem servir para o consumo dos membros da própria família ou serem comercializados para geração de renda (SPANEVERELLO et al., 2019).

Pode-se observar na Figura 6 que as atividades não agrícolas desenvolvidas vão desde atividades dentro da propriedade, como a produção de vinhos e as agroindústrias, como atividades que são desenvolvidas fora da propriedade, mas no rural, como é o caso da prestação de serviço com os maquinários aos outros produtores rurais e também as atividades não agrícolas que são desenvolvidas na área urbana, como auxiliar de escritório, vendedor, entregador, entre outros.

Figura 6 - Atividades pluriativas



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na Figura 6, podemos observar que as atividades não agrícolas são desenvolvidas por 22 dos jovens entrevistados. São desenvolvidas por jovens que residem em propriedades onde também constam atividades agrícolas, tornando-se assim pluriativas. A pluriatividade, além de ser uma forma de incrementar e gerar renda, apresenta-se também como forma de expandir as relações sociais e como forma de reprodução social (ANJOS; CALDAS; COSTA, 2006).

Ainda de acordo com a Figura 6, encontram-se três atividades envolvidas com o trabalho de agroindústrias. Trata-se de agroindústrias presentes em propriedades que também desenvolvem produção agrícola, sendo elas produção de grãos e de hortaliças. Assim, mesmo sendo uma atividade resultado da transformação de matéria-prima para agregação de valor, a mesma fica classificada dentro das pluriativas. Também é o caso da prestação de serviço, que é realizada apenas por um dos membros da família (no caso o jovem), o restante da família desenvolve na propriedade a produção de grãos e de leite. Por esse motivo também é denominada de pluriativa, como nos demais exemplos apresentados no gráfico.

Temos dois casos de atividades não agrícolas, um dos quais é o da atendente de caixa, cuja mãe trabalha como professora e cujo pai exerce uma ocupação urbana, sendo este um caso em que apenas se mantém residência no rural. Esta jovem considera bom viver no meio rural, mas destaca que não existe perspectiva nenhuma em assumir a propriedade, pois não vê a hora de ir morar na cidade, mesmo que a propriedade em que reside fique a três km da

cidade. Para alguns jovens o campo é visto como local de tranquilidade e descanso, dessa maneira alguns buscam na cidade a realização de atividades de lazer (como festas badaladas, cinema, etc.), considerando que, ficando no meio rural, não terá acesso fácil a essas atividades (CARVALHO et al., 2009).

No outro caso, temos a lavadora de carros, que assim como sua mãe e seu pai desenvolve atividades na cidade, mantendo no rural apenas residência. Esta jovem relata que, apesar de toda sua família trabalhar na cidade, o modo de vida no meio rural é ótimo e que existe perspectiva dela em assumir a propriedade (com área de 1 hectare), pois gosta muito de residir lá e que, mesmo sem assumir a propriedade de seus pais (como sucessora), ela gostaria de se estabelecer no meio rural desenvolvendo atividade não agrícola fora da propriedade como faz hoje. É um fato que muitos jovens abandonam o meio rural, mas também há casos em que eles se identificam e preferem ficar, tendo como motivação a questão de gostarem da vida no campo (COSTA; BEZERRA; MENDONÇA, 2012). Nos dois casos as entrevistadas são do sexo feminino e ambas têm 20 anos de idade.

As atividades para-agrícolas são desenvolvidas por dois jovens; nos dois casos, eles e os pais trabalham em conjunto. A matéria-prima utilizada tanto na produção de sucos quanto na produção de vinhos é produzida quase que totalmente na própria propriedade. A propriedade que tem a agroindústria de suco é de 3,5 hectares e a de vinho de 65 hectares. No primeiro caso, a jovem tem 30 anos de idade e no segundo 28 anos, ambas do sexo feminino, tendo a primeiro ensino médio incompleto e a segunda graduação como enóloga. Nos dois casos as jovens consideram a vida no meio rural ótima e têm expectativa em assumir a propriedade de seus pais, desenvolvendo a mesma atividade que fazem hoje.

Segundo Schneider (2009), as atividades para-agrícolas são uma evolução e transformação de uma produção que antes era realizada para o consumo da família e agora passa a ser destinada para a venda e geração de renda. Com o surgimento e crescimento deste tipo de atividade, surge também um novo tipo de trabalho (ocupação) no meio rural, tornando-se um empreendimento conhecido e chamado de agroindústrias familiares. Segundo o autor, este tipo de atividade tende a crescer em regiões como o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná (SCHNEIDER, 2009).

No primeiro caso, ela diz que mesmo que não assuma a propriedade dos pais ela pretende se estabelecer no meio rural; já no segundo, caso não assuma, ela irá se estabelecer na cidade.

Pode-se observar que as atividades não agrícolas desenvolvidas vão desde atividades desenvolvidas dentro da propriedade, como a produção de vinhos e a agroindústria de suco,

além das desenvolvidas fora da propriedade, mas no rural, como é o caso da prestação de serviço com os maquinários e também as atividades não agrícolas que são realizadas na área urbana como auxiliar de escritório, vendedor, entregador, entre outros.

Cada jovem tem sua função dentro da atividade não agrícola desenvolvida, seja ela desenvolvida na propriedade ou não, como pode ser observado no Quadro 9. Quando se trata de atividades desenvolvidas dentro da propriedade, podemos verificar que os jovens chegam a realizar mais de uma atividade. É o caso, por exemplo, de três jovens que realizam a parte de gestão, de mão de obra combinado com o trabalho externo no qual se encaixa a parte de vendas, de compra de insumos e a parte burocrática. Em outro caso, além de enóloga, a jovem também realiza a parte de vendas. Nos demais casos, os jovens são designados para realizar um tipo específico de função.

Quadro 9 - Função na atividade não agrícola

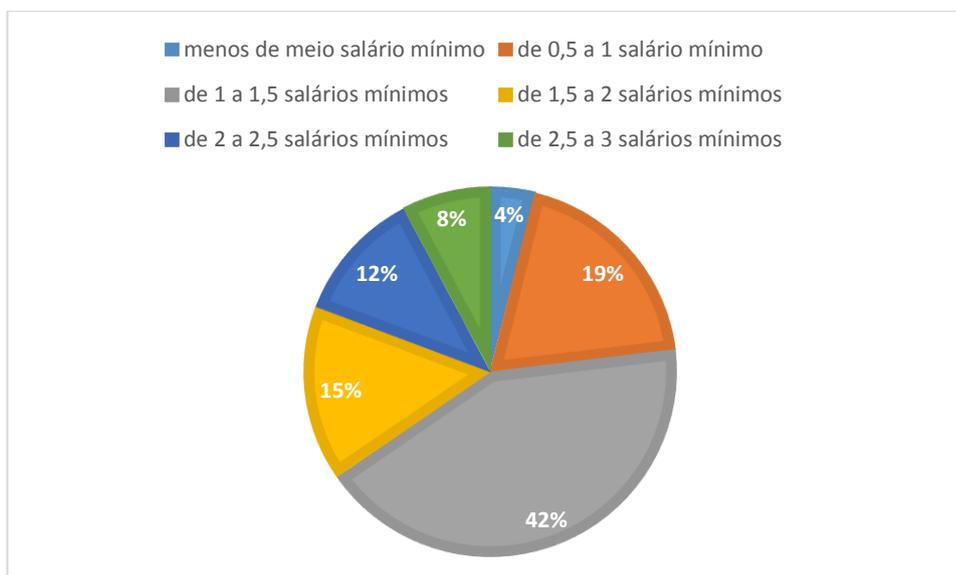
Função na atividade não agrícola desenvolvida	Frequência	Percentual
Função relacionada a vendas		
Enóloga e vendedora	1	3,85%
Gestão + mão de obra + Trabalho externo	3	11,54%
Vendedor agrícola	1	3,85%
Vendedor	2	7,69%
Entregador de agropecuária	1	3,85%
Balconista	1	3,85%
Atendente e caixa	1	3,85%
Função relacionada à produção		
Engenheiro agrônomo	1	3,85%
Mão de obra	1	3,85%
Técnico em agropecuária	2	7,69%
Função relacionada à prestação de serviços		
Prestação de serviços	1	3,85%
Operador de máquinas na marcenaria	1	3,85%
Borracheiro	1	3,85%
Agente comunitário de saúde	1	3,85%
Lavadora de carros	1	3,85%
Função relacionada à parte administrativa e financeira		
Caixa	1	3,85%
Secretária de escola	1	3,85%
Parte administrativa do setor de contabilidade da prefeitura	1	3,85%
Atendimento ao associado	1	3,85%
Assessora no setor de licitações da prefeitura	1	3,85%
Auxiliar de escritório	1	3,85%
Almoxarife	1	3,85%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cada um dos jovens exerce esta função na atividade não agrícola. Esta escolha está atrelada a diferentes motivos: ser o cargo que tinha à disposição no momento em que procurou desempenhar uma atividade não agrícola; por possuírem maior escolaridade e então se encaixarem no perfil procurado pelo empregador; por serem mais jovens; porque foi uma maneira de ter renda extra; pela força física; por ser a vaga disponível no concurso; por ser uma atividade que gosta de fazer. O tempo em que os jovens vêm desenvolvendo a atividade não agrícola é variável: 19 deles desenvolvem a atividade há menos de cinco anos, cinco deles de seis a dez anos, e outros dois de 11 a 15 anos.

Dos 26 jovens 12 disseram possuir outra fonte de renda além da oriunda da atividade não agrícola. Quando questionados sobre quais são estas outras fontes de renda, disseram ser da produção de leite, da produção agrícola que o esposo desenvolve, da piscicultura, da prestação de serviço que realiza nos finais de semana e da esposa que trabalha na cidade. Ao quantificar a renda, verifica-se que, para o jovem, a gerada da atividade não agrícola que ele realiza varia de menos de meio salário-mínimo até três salários, sendo mais frequente jovens que recebem de 1 a 1,5 salários-mínimos, que é o caso de 11 dos jovens entrevistados, como podemos constatar na Figura 7.

Figura 7 - Renda que o jovem recebe da atividade não agrícola



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

4.3 ARRANJOS SUCESSÓRIOS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Nem todas as propriedades possuem um sucessor, e isso vem se tornando um problema cada vez mais recorrente. Com isso se torna incerto o futuro das propriedades e também da produção de alimentos principalmente oriundos da agricultura familiar. Segundo Silvestro et al. (2001), os problemas relacionados com a sucessão estão mais presentes em propriedades que apresentam dificuldades financeiras, sendo que a possibilidade de a sucessão ocorrer está em propriedades com maior viabilidade econômica e agricultores consolidados em termos de infraestrutura para a produção e o acúmulo financeiro.

Dos 26 jovens entrevistados, 19 afirmaram que almejam ser o sucessor da propriedade de seus pais e sete disseram que não. Entre as justificativas para querer ou não ser o sucessor estão vários fatores, conforme Quadro 10.

Entre os fatores mais presentes estão gostar de morar no meio rural e dar continuidade nas atividades dos pais. Champagne (1986) já declarava que a vontade dos filhos em assumir o lugar dos pais está ligada diretamente com o gosto que os mesmos desenvolvem pelo trabalho e a aprendizagem que adquirem. O discurso positivo dos pais sobre o meio rural e as atividades desenvolvidas também corroboram para despertar nos filhos a vontade de ficar e dar continuidade nas atividades (SPANEVERELLO, 2008).

Os que não almejam assumir disseram que o irmão mais velho é quem vai assumir a propriedade, querem morar na cidade, que não vão conseguir fazer tudo sozinhos e porque não terá como se manter financeiramente na propriedade. O discurso negativo sobre o meio rural, no qual são apresentadas as dificuldades em realizar as atividades, a instabilidade financeira e o lado ruim de viver no rural se tornam motivações para os jovens não quererem ficar (SPANEVERELLO, 2008).

Quadro 10 - Justificativas para ser ou não ser sucessor

Justificativas	Frequência
Sim	
Gosto do meio rural e meus pais focaram em investir para que no futuro seja mais fácil para mim	2
Gosto de morar no meio rural	7
Dar continuidade nas atividades que meus pais começaram	3
Mais tranquilo de se viver e as atividades são boas de desenvolver	1
Meu esposo gosta de trabalhar no meio rural e eu gosto de morar lá	1
Gosto do que faço e do rural	2
Estou direto na propriedade com meus pais	1
Meu pai e minha mãe me criaram desta forma e eu queria criar meus filhos assim	1
Incentivo dos pais	1
Não	
Meu irmão mais velho vai assumir	2
Não almejo desenvolver atividades agrícolas	2
Não tenho como me manter na propriedade financeiramente	1
Não conseguiria fazer tudo sozinho	1
Quero morar na cidade	1

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Todos os jovens disseram que é importante ser preparado para o processo de sucessão, sendo esta uma questão considerada por 100% dos jovens. Segundo eles, o principal fator de importância em ser preparado para o processo de sucessão está relacionado com a questão de conhecer as atividades e pela aprendizagem adquirida durante a preparação. Neste sentido, Silvestro et al. (2001) afirma que a inexperiência na hora de assumir a propriedade pode resultar em riscos à estabilidade financeira das propriedades e de seu patrimônio.

Alguns consideram a propriedade como uma empresa onde é preciso saber e ter conhecimento sobre tudo o que é feito para que não se tenha problemas no futuro. Além desses, outros fatores foram considerados por eles, conforme apresentado no Quadro 11. A sucessão é instigada desde cedo nos filhos, onde se dá o processo de socialização; os filhos ajudam seus pais no desenvolvimento das atividades da propriedade e desta maneira vão tendo responsabilidades sobre elas até comandarem a propriedade por completo (SILVESTRO et al., 2001; SPANEVELLO; LAGO, 2007).

Quadro 11 - Importância da preparação para a sucessão

Importância da preparação	Frequência
Se não for preparado, não vai saber como continuar	2
Conhecer as atividades e a aprendizagem	10
Porque uma propriedade é como uma empresa, tem que ter conhecimento sobre tudo o que é feito	4
Para saber como faz as coisas, caso os pais não possam mais fazer	3
Porque tem agricultores que trabalham, trabalham e não têm renda, isso muitas vezes é falta de ser preparado	1
Quem não está preparado, pouco futuro tem	1
É preciso ter conhecimento sobre o que vai fazer, não dá para fazer loucura se não se quebra	3
Para saber a realidade da produção e da realidade	2

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Além da importância de serem preparados, os jovens consideraram que o processo de autonomia na propriedade também é de grande importância, já que ele vai permitindo ao jovem adquirir experiência e responsabilidades. A falta de autonomia por parte dos filhos na realização de atividades acaba desestimulando-os a seguir na atividade e a ficar na propriedade (BRUMER, 2007; WEISHEIMER, 2019).

Dos 26 jovens, 17 disseram que vêm tendo autonomia aos poucos; quatro que só vão ter autonomia quando os pais se aposentarem; três que já possuem autonomia dentro de alguma atividade e em decisões que precisam ser tomadas; e dois que só vão ter autonomia quando os pais morrerem.

Quanto à importância de se ter autonomia para o processo de sucessão, 100% dos jovens considera que ela é importante, e as justificativas variam, sendo que adquirir experiência e responsabilidade está entre o fator mais determinante. De acordo com Moreira (2018), ser dependente dos pais não permite aos filhos aplicar novas ferramentas à propriedade. Isso é destaque principalmente entre jovens que estudam, cursam cursos técnicos e superiores e não podem empregar o conhecimento adquirido na propriedade, pois os pais não estão de acordo. Outros afirmam que ter autonomia enquanto os pais estão presentes é importante para não ter que, de uma hora para outra, decidir as coisas sozinhos. Quando os pais permitem aos jovens ter autonomia, estes se consideram importantes dentro da propriedade e acreditam que possuem capacidade para assumi-la, tornando-se, assim, possíveis sucessores. Isso se torna um incentivo para buscar mais conhecimento para aplicar na propriedade.

Considerar-se preparado para assumir uma propriedade não é uma tarefa fácil. Dentre os 26 jovens 21 deles disseram que se consideram preparados para assumir a propriedade de seus pais e cinco disseram que ainda não estão preparados. Inúmeros são os motivos para os jovens se considerarem ou não preparados para o processo de sucessão. Os que se consideram preparados disseram que assim se reconhecem porque já conhecem a propriedade e as atividades nela desenvolvidas, porque participam das decisões que os pais tomam relacionadas à propriedade, por ter formação na área, porque no tempo que trabalha fora já vem adquirindo experiência e acompanhando a propriedade e porque praticamente está comandando a propriedade e tomando as decisões. Ao escolherem um sucessor mais cedo (quando os pais ainda são jovens) isso resultará num sucessor mais preparado, resolvendo desta maneira a sucessão da propriedade e evitando futuras brigas entre irmãos, especialmente pós-morte dos pais (SPANEVERELLO, 2008).

Aqueles que não se consideram preparados afirmaram ser porque ainda tem muito a aprender, e como trabalham fora, às vezes não conseguem acompanhar bem de perto as atividades na propriedade, porque é o mais novo e às vezes não tem muita opinião na hora de decidir as coisas, porque ainda não está preparado, ainda não sabe tudo e porque não acompanha nem mesmo a produção para o próprio consumo; então, com todos esses motivos não se consideram preparados e confiantes para assumir uma propriedade. Segundo Matte e Machado (2016), o sucessor é menos preparado para assumir quando é considerado como mão de obra e só assume a propriedade quando o pai se aposenta ou morre, dessa maneira ele tem pouca experiência de gestão para assumir a propriedade.

Toda e qualquer atividade que as pessoas realizem vai apresentar pontos positivos e pontos negativos, nas atividades não agrícolas desenvolvidas por esses jovens não é diferente. Tanto em relação aos pontos positivos quanto aos negativos, inúmeras foram as respostas, sendo que nos positivos tivemos renda mensal, que foi o ponto destacado por 14 dos entrevistados, organização do tempo, mão de obra familiar, renda extra, maneira de a mulher ter renda própria, maneira de a mulher manter-se na propriedade, permanência na propriedade e agregação de valor à matéria-prima. A geração de renda resultante das atividades não agrícolas tem se mostrado como forma de aumentar a viabilidade econômica das famílias. Em estudo realizado por Spanevello (2008) foi possível observar que os agricultores que não têm sucessores são os mesmos que não desenvolvem atividades não agrícolas, ou seja, apresentam renda exclusiva da agricultura.

Sobre os pontos negativos, 15 dos jovens disseram que não veem nenhum tipo de ponto negativo na atividade não agrícola desenvolvida. Alguns destacaram pontos como

cumprir horário, maior tempo de dedicação comparado à atividade agrícola, ter que realizar mais de uma atividade, produtos muito perecíveis, dificuldade em se inserir no mercado e trabalhar com algumas pessoas.

As atividades não agrícolas começaram a ser buscadas para que se pudesse ter uma maneira de se manter no meio rural e se ter uma renda extra, já que muitas famílias não tinham como sustentar suas famílias apenas com rendas agrícolas. Spanevello et al. (2019) mostram que as atividades não agrícolas funcionam como impulsionadoras para a permanência de jovens no meio rural (principalmente de jovens mulheres).

Ao serem indagados sobre as atividades não agrícolas, se as mesmas auxiliam na permanência dos jovens no campo, os 26 jovens disseram que sim, que as atividades não agrícolas auxiliam na permanência. Este auxílio se dá principalmente, segundo 13 dos jovens, por terem uma renda; outros disseram que a experiência que adquirem fora da propriedade pode ser colocada em prática na propriedade depois; que o deles estará garantido todo o mês; que podem manter proximidade com a propriedade, diversificação da renda; podem fazer o que gostam e ainda ter uma renda só sua. São essas e outras as maneiras, segundo eles, de as atividades não agrícolas auxiliarem na permanência do jovem no campo. A atividade não agrícola tem grande importância para garantir renda e estimular a permanência no meio rural (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Quando questionados sobre se consideravam as atividades não agrícolas importantes para o processo de sucessão, 23 jovens disseram que sim, ou seja, 88,46%, e três deles disseram que não. Dos que consideravam que sim a justificativa foi que vão aprendendo mais, vão adquirindo experiência, pela geração de renda, porque incentiva os filhos a ficarem, preservam a manutenção da família, já vai aprendendo a ter responsabilidades, maior tranquilidade pela questão financeira, e o que fariam com o valor investido se não considerassem as atividades não agrícolas importantes para o processo de sucessão foi uma questão destacada por um dos jovens.

Conforme destacado acima pelos entrevistados, as atividades não agrícolas são potencializadoras no processo sucessório das propriedades e do meio rural. No entanto, antes mesmo de analisar e discutir as relações entre estas atividades e a sucessão dos negócios e das propriedades rurais, é preciso ponderar que o próprio surgimento e a valorização deste tipo de atividade no meio rural brasileiro impõe outra dinâmica produtiva e socioeconômica para as regiões aonde estes tipos de atividades acontecem. São novas relações sociais (entre produtores e consumidores) que possibilitam aos jovens e aos demais trabalhadores da família o exercício de outra atividade produtiva menos arriscada do que a agrícola, potencializa a

autonomia dos filhos geralmente com renda própria. O trabalho fora do local de moradia amplia os espaços de comunicação e de interação do rural com o urbano, gerando uma perspectiva de desenvolvimento rural que perpassa a ideia do rural como agrícola como foi nas décadas passadas. A valorização destes tipos de atividades do meio rural acontece também graças ao olhar mais positivo que se tem estendido (a partir de estudos acadêmicos, políticas públicas) sobre o rural, seu modo de vida e a geração de alimentos.

O trabalho de Spanevello et al. (2019) realizado no município de Arvorezinha, RS, com mulheres envolvidas no exercício de atividades não agrícolas (pluriativas, não agrícolas, para-agrícolas), sugere que, para as envolvidas, os ganhos sociais e econômicos, a partir da geração de renda não agrícola de forma autônoma ou com a família, têm significados positivos, entre os quais se destacam a independência financeira das mulheres rurais, além de resultar em melhorias de cunho sociocultural, ampliando o seu convívio social e a sua qualidade de vida. Dessa maneira, segundo os autores, as atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar são favoráveis à autonomização das mulheres rurais, considerando suas vantagens monetárias e não monetárias, especialmente em contextos onde ainda ocorre a desvalorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas tradicionais.

Considerando o contexto destacado acima, em especial os efeitos das atividades não agrícolas sobre a dinâmica produtiva e socioeconômica do meio rural, é possível ponderar que a sucessão dos negócios e do patrimônio entre famílias e propriedades que desenvolvem atividades não agrícolas também pode ser diversa. Esta diversidade pode ser considerada quando comparada com a forma como a sucessão acontecia em décadas passadas quando o meio rural representava apenas o espaço da produção agrícola. De acordo com Abramovay et al. (1998), nas gerações passadas, o pai escolhia qual filho ia ficar e quando passaria o poder dos negócios e do patrimônio (terra) como herança, cabendo a este filho seguir na ocupação paterna, tocando os negócios agrícolas já desenvolvidos na propriedade. Este arranjo geracional é denominado de sucessão geracional, presente na quase totalidade das propriedades familiares do sul do Brasil (ABRAMOVAY et al., 1998).

Os resultados deste trabalho revelam que os encaminhamentos ou arranjos sucessórios relatados pelos entrevistados apresentam distintas características, não tendo na sucessão geracional tradicional o único modelo. As respostas dos jovens entrevistados permitem identificar a presença de três arranjos: sucessão rural, sucessão hereditária e sucessão geracional, conforme Quadro 12.

A sucessão rural é definida como aquela em que há filhos sucessores, mas não realizando a mesma atividade desenvolvida atualmente. A pesquisa de campo identificou cinco casos classificados como sucessão rural.

No referente à sucessão hereditária, esta é definida como sendo a sucessão em que o jovem não assume os negócios, mas apenas o patrimônio (em especial da terra ou a propriedade), mas vende a mesma ou arrenda, não residindo e nem desenvolvendo atividades nesta (quatro casos).

A sucessão geracional consiste no fato de o jovem ficar na propriedade e na atividade que é realizada hoje (foram identificados 11 casos e mais quatro casos com sucessão geracional com algumas particularidades ou ramificações). É o caso do sucessor geracional que vai ficar com apenas uma das atividades que é realizada hoje; outro que vai ficar como sucessor geracional na propriedade e na atividade, mas pretende aumentar a área de terra; outro como sucessor geracional na propriedade e em uma ou duas das atividades que são realizadas hoje e o quarto caso que vai ficar como sucessor geracional na propriedade e na atividade, porém pretende incrementar mais uma atividade como, por exemplo, uma agroindústria. De acordo com Moreira (2018), há vários modelos sucessórios, sendo que cada propriedade, cada agricultor possui suas próprias características.

Quadro 12 - Arranjos sucessórios

Se ficar, como pretende ficar	Frequência	Arranjo sucessório
Sucessor geracional com outra atividade	1	Sucessão rural
No rural com atividade agrícola e não agrícola	1	Sucessão rural
No rural apenas com atividade não agrícola	2	Sucessão rural
No rural com a mesma atividade agrícola que desenvolve hoje	1	Sucessão rural
Residir no rural e trabalhar na cidade, pois pretende vender a área dos pais	1	Sucessão hereditária
Não pretendo ficar, vou morar na cidade	3	Sucessão hereditária
Sucessor geracional na propriedade e na atividade	11	Sucessão geracional
Sucessor geracional na propriedade e na atividade, incrementando mais uma atividade como, por exemplo, uma agroindústria	2	Ramificação da geracional
Sucessor geracional na propriedade e apenas em uma das atividades que é desenvolvida hoje	2	Ramificação da geracional
Sucessor geracional na propriedade e na atividade e aumentar a área de terra	1	Ramificação da geracional
Sucessor geracional na propriedade e em uma ou duas atividades que são desenvolvidas hoje	1	Ramificação da geracional

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A seguir serão apresentados os arranjos sucessórios separadamente, caracterizados de acordo com cada jovem entrevistado:

a) *Sucessão Geracional*

Tivemos 11 jovens que disseram que pretendem ficar como sucessor geracional, como pode ser observado no Quadro 10. Destes 11 jovens seis são do sexo masculino e cinco do sexo feminino. A idade varia de 17 a 31 anos. No geral, este grupo de entrevistados considera o modo de vida no meio rural ótimo e bom. Quanto à escolaridade, o menor grau de estudo identificado é ensino médio incompleto até formação em curso superior e também ensino técnico. Neste grupo, são destaque as moças; das cinco entrevistadas duas possuem curso superior completo (Administração e Enologia) e outras duas estão concluindo Curso Superior em Administração e em Geografia. Cerca de 50% dos entrevistados reside em casas separadas dos pais, mesmo sendo na mesma propriedade.

Quanto às atividades desenvolvidas, há predominância da pluriatividade e das atividades para-agrícolas. Os entrevistados afirmam interesse em assumir a propriedade dos pais. Sete dos entrevistados confirmam que, caso não assumam a propriedade paterna, pretendem permanecer no meio rural realizando atividades agrícolas e não agrícolas ou apenas não agrícolas (resposta dada majoritariamente pelas moças). Os demais jovens expuseram as seguintes situações: um jovem pretende se estabelecer, mas realizando apenas atividade agrícola; outro relatou que, se não assumir a propriedade dos pais, vai se estabelecer na cidade, outro afirma pretender se estabelecer no meio rural, mas realizando apenas atividade agrícola, e outro disse que, se não assumir a propriedade dos pais, não irá ficar no meio rural.

Ainda, identificaram-se arranjos sucessórios voltados à sucessão geracional, porém com algumas diferenciações ou ramificações. As ramificações da sucessão geracional são assim definidas, pois eles ficam como sucessores geracionais, ou seja, na propriedade dos pais, mas modificam alguma característica produtiva. Podemos observar seis destes casos no Quadro 10, sendo que quatro desses jovens são do sexo masculino e duas do sexo feminino.

A idade dos entrevistados varia entre 18 e 32 anos. Quanto à escolaridade, esta varia do ensino médio completo, ensino técnico e superior. A maioria dos entrevistados reside nas casas paternas (moradia conjunta). De modo geral, avaliam o modo de vida no meio rural de bom a ótimo, e as atividades desenvolvidas apresentam a pluriatividade como predominante.

Todos pretendem assumir a sucessão, mas, caso isso não ocorra, metade pretende se manter no meio rural realizando atividades agrícolas e não agrícolas, e o restante apenas atividades não agrícolas.

b) Sucessão Rural

Fazem parte deste grupo cinco jovens que disseram que pretendem ficar como sucessor rural, como pode ser observado no Quadro 10. Destes cinco jovens, quatro são do sexo masculino e uma do sexo feminino.

A idade varia entre 18 e 32 anos. Apenas um entrevistado não reside na mesma casa que os pais. De modo geral, avaliam o modo de vida no meio rural como bom ou ótimo. Neste caso específico, as quatro propriedades onde residem os rapazes são pluriativas, sendo o jovem a força de trabalho que sai da propriedade. No caso da moça, toda a família realiza atividades não agrícolas fora da propriedade. Deste grupo, três apresentam intenção de assumir a propriedade e os negócios, enquanto dois não. A justificativa dos que disseram que não tem intenção de assumir a propriedade é o fato de não ter como fazer tudo sozinho, enquanto o outro entrevistado já tem um hectare de terra onde irá residir, não precisando desta forma assumir a propriedade de seus pais. O terceiro rapaz disse que, mesmo não assumindo a propriedade paterna, pretende permanecer no meio rural, mas realizando atividades não agrícolas, e a moça a mesma condição, reforçando a ideia do rural como moradia e não necessariamente como local do trabalho.

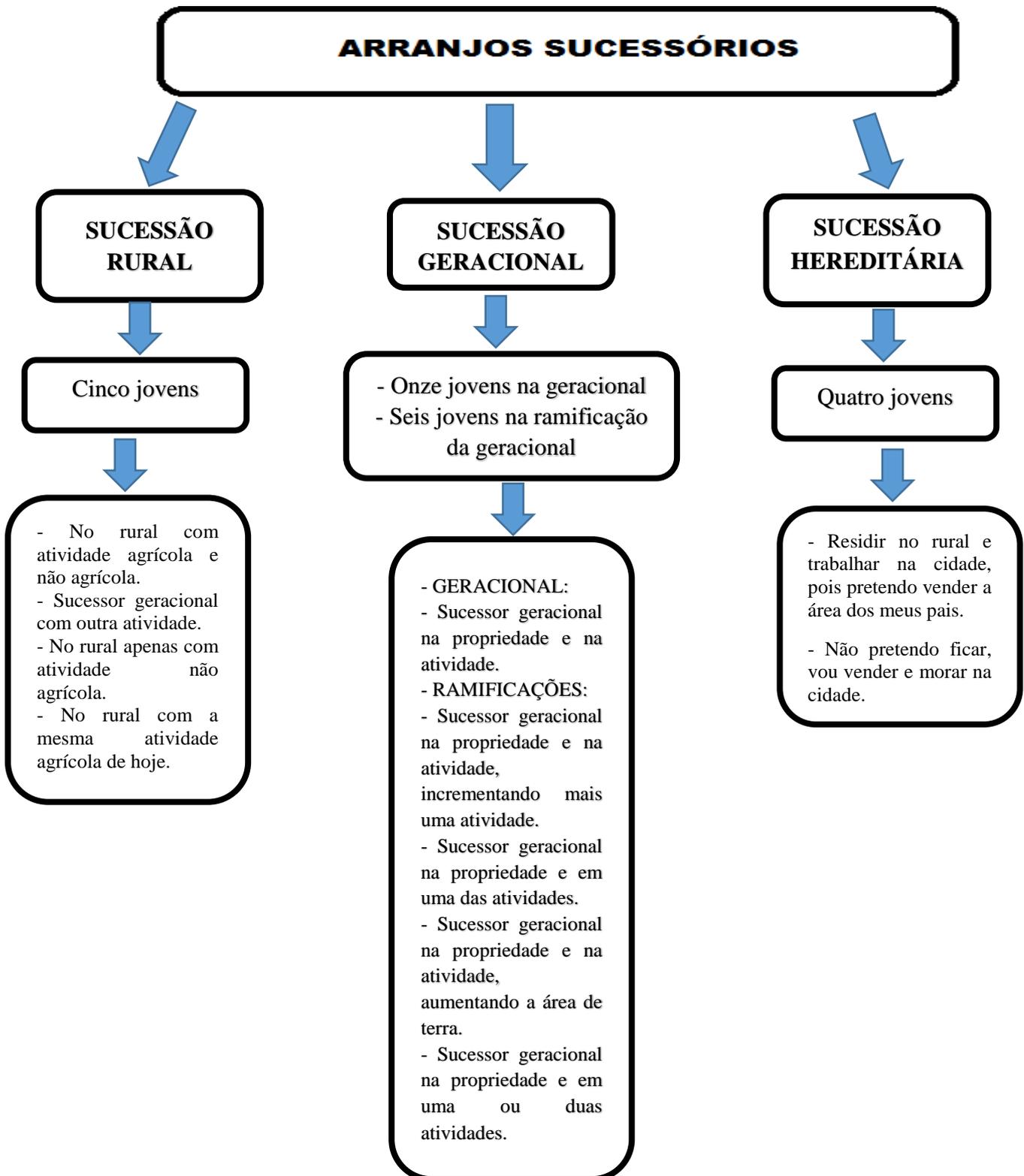
c) Sucessão Hereditária

Tivemos quatro jovens que disseram que não pretendem ficar como sucessor geracional ou rural e que vão vender a propriedade de seus pais, como pode ser observado no Quadro 10. Destes quatro jovens três são do sexo masculino e uma do sexo feminino.

A idade dos entrevistados varia entre 20 e 27 anos, todos com ensino médio completo. Embora considerem a vida no meio rural como boa ou ótima, não pretendem se estabelecer no meio rural como sucessores, pelo contrário, pretendem se estabelecer no meio urbano, pois preferem trabalhar na cidade (ou porque tem um irmão que vai ficar). No caso da jovem, a propriedade é considerada não agrícola, pois tanto ela quanto seus pais só residem na mesma, sendo que todos desenvolvem atividades não agrícolas fora da propriedade, sem qualquer atividade agrícola ou para-agrícola na propriedade.

A Figura a seguir ilustra estes arranjos sucessórios destacados acima como forma de síntese dos principais resultados encontrados nesta Dissertação.

Figura 8 - Arranjos sucessórios



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação abordou o tema da relação das atividades não agrícolas e a permanência dos jovens no campo, do município de Crissiumal/RS. Para responder aos objetivos propostos, foi realizada entrevista com 26 jovens residentes no meio rural do município, sendo estes jovens que desenvolvem atividades não agrícolas. Foi possível identificar que, mesmo os jovens utilizando atividades não agrícolas para geração de renda, procuram manter um vínculo com o meio rural e que, mesmo desenvolvendo atividades fora das propriedades, todos residem nelas.

O primeiro objetivo específico visava avaliar as relações que se estabelecem entre a sucessão no meio rural e as atividades não agrícolas. Foi possível evidenciar a nova configuração do meio rural, em que a população opta por residir no campo, porém se ocupam com atividades do meio urbano ou a diversificação de atividades dentro da propriedade ou em atividades realizadas fora da propriedade, mas no meio rural, em busca de geração de renda para sua manutenção e também de sua família.

Foi possível evidenciar a multifuncionalidade da agricultura, que não se tem apenas na função de produzir alimentos em quantidade e qualidade, mas também se apresenta a função de se ter mão de obra para a diversificação da renda das famílias e a função social do meio rural, presente nas famílias estudadas.

Mesmo a maioria dos jovens desenvolvendo atividades não agrícolas fora da propriedade, no meio urbano, todos aprovam o modo de vida no meio rural. As atividades não agrícolas mostraram-se de grande importância para a permanência dos jovens no campo, já que todos os jovens ressaltaram que as atividades não agrícolas desenvolvidas contribuem para a sua permanência. Em 24 das propriedades são desenvolvidas atividades agrícolas combinadas com atividades não agrícolas, mostrando que, mesmo desenvolvendo atividades não agrícolas, os jovens mantêm vínculo com o rural e com o agrícola e ajudam nas atividades agrícolas quando não estão realizando atividades não agrícolas.

O segundo objetivo tinha como foco compreender de que forma as atividades não agrícolas podem fomentar a sucessão entre os jovens. Os resultados apontaram que o principal motivo que levou os jovens a desenvolverem atividades não agrícolas foi em busca de uma renda individual, para a sua manutenção e gastos pessoais; alguns foram motivados pelos pais a iniciarem nesta atividade, como forma de se manterem na propriedade e ter uma renda. Mesmo os jovens ajudando e desenvolvendo atividades agrícolas, a maioria deles tem só uma fonte de renda sendo esta da atividade não agrícola.

Seja a atividade não agrícola realizada pluriativa, para-agrícola ou não agrícola, todas contribuem de uma forma ou de outra para fomentar a sucessão entre os jovens no meio rural, pois, segundo eles, contribuem além da renda com experiências e responsabilidades que os jovens adquirem e depois podem aplicar nas propriedades. Mostram-se assim as atividades não agrícolas como grandes influenciadoras para a sucessão no meio rural, pois são vistas como potencializadoras deste processo e da multifuncionalidade.

No terceiro e último objetivo buscou-se apontar, a partir da permanência ou não dos jovens, as características e os arranjos sucessórios presentes nas propriedades estudadas. Em alguns casos, os pais incentivam a saída dos filhos em busca de novas oportunidades e, em outros, os filhos não mostram interesse em ficar, mas são poucos estes casos. Os resultados apontam que a maioria dos jovens gosta de morar no meio rural, e alguns pensam em dar continuidade às atividades que os pais começaram, pensam que não podem abandonar tudo, pois o valor investido foi alto e não pode ser desperdiçado.

É de grande importância ser preparado para o processo de sucessão e de se ter autonomia dentro da propriedade, pois estes são fatores que contribuem para um sucessor de sucesso e desperta nos jovens a vontade de ficar na propriedade. Ser preparado se caracteriza como o momento em que se irá aprender, conhecer as atividades, adquirir aprendizagem; é importante que isto comece desde cedo, pois desta maneira o jovem tem uma maior socialização com o meio em que está inserido e com as atividades. A autonomia possibilita aos jovens tomar decisões importantes relacionadas à propriedade e às atividades nela desenvolvidas, caracterizando-os como membros importantes dentro desta e surge neles a vontade em assumir a propriedade, pois eles se sentem capazes para assim fazer.

As atividades não agrícolas contribuem para os arranjos sucessórios relatados pelos entrevistados, pois trazem características diferenciadas às propriedades e às famílias, desmitificando como único modelo a sucessão geracional. Apresenta-se a sucessão hereditária, sucessão rural, sucessão geracional e suas ramificações (as quais foram possíveis pelas mudanças em algumas características produtivas). Há jovens que não têm vontade em ficar e assumir a propriedade, e isso se caracteriza por medo de não dar conta das atividades, por medo de não ter viabilidade econômica; outros, porque preferem deixar o papel de assumir a propriedade para os irmãos e também, muitas vezes, pela vontade de ir embora para a cidade (características da sucessão hereditária), em que os filhos apenas herdaram o patrimônio. Há jovens que gostam e vão ficar no rural, vão assumir a propriedade dos pais, serão os sucessores, mas não querem dar continuidade às atividades que os pais desenvolvem, preferem modificar, introduzir atividades que eles gostem de realizar, ou mesmo por achar

que as atividades que os pais desenvolvem não são rentáveis ou necessitam de muito esforço físico (característica de sucessores rurais). Há jovens que gostam das propriedades e das atividades nelas desenvolvidas, que preferem assumir a propriedade (ser sucessores) e não modificar nada, apenas seguir realizando as atividades que o pai realiza e nas quais eles vêm ajudando no decorrer dos anos, já que julgam ser a melhor maneira de dar continuidade à propriedade (sucessão geracional). Algumas particularidades também foram encontradas na sucessão geracional, havendo jovens que querem ficar na propriedade e na atividade, mas querem fazer alguma modificação, seja agregando mais uma atividade à propriedade (podendo ser agroindústria), realizando apenas umas ou duas das atividades que são realizadas hoje ou aumentando área de terra, caracterizando, assim, as ramificações da sucessão geracional.

Por fim, conclui-se que o objetivo geral deste estudo foi cumprido: analisar as relações que se estabelecem no meio rural e as atividades não agrícolas no município de Crissiumal, RS. Foi possível evidenciar que de uma forma ou de outra as atividades não agrícolas têm ligação com a sucessão de jovens no meio rural, seja de maneira direta seja indireta.

Ainda que se considere este um estudo localizado (em apenas um município), entende-se que ele foi de grande importância para pensarmos em políticas públicas e ações que contribuam para o desenvolvimento do meio rural do município e da região, de maneira que incentivem a permanência dos jovens no meio rural, a partir da caracterização dos jovens residentes (e que foram entrevistados) neste município e dos diferentes arranjos sucessórios que foi possível identificar a partir da colaboração deles com o presente estudo.

Fica aqui uma contribuição para futuros estudos que podem ser realizados a partir deste, tendo-se a possibilidade de identificar mais tipos de arranjos sucessórios em outros municípios ou regiões, gerando, desta forma, mais referências sobre o tema, e ainda estudos que busquem analisar o porquê de o jovem querer residir no rural mesmo desenvolvendo atividades fora dele, se estes casos têm relação com o custo de um jovem manter-se sozinho morando fora da propriedade sem a ajuda dos pais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

ALTMANN, R.; MIOR, L.C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina em 2015**: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis: Epagri, 2008.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2097/2479>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: XLIV Congresso da Sober, 2006, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/191.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/crissiumal_rs>. Acesso em: 15 out. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n3/1518-7012-inter-17-03-0370.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

BOHATOVA, Z.; SCHWARCZ, P. Evaluation of support for non-agricultural activities. In Slovakia in the period 2007-2013 through the Rural Development Programme 2007-2013. **Journal of Central European Agriculture**, v. 17, n. 2, p. 467-476, 2016. Disponível em: <<https://jcea.agr.hr/en/issues/article/1730>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BONCINELLI, F.; BARTOLINI, F.; CASINI, L. Structural factors of labour allocation for farm diversification activities. **Land Use Policy**, v. 71, p. 204-212, fev. 2018. Disponível em: <https://ac-els-cdn.ez47.periodicos.capes.gov.br/S026483771630014X/1-s2.0-S026483771630014X-main.pdf?_tid=713d8280-c262-420b-a999-5cb5d23f2bf0&acdnat=1543146879_69c41d22b6af64b480efc7fc60c4222e>. Acesso em: 05 set. 2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARENIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Manuad X, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xfwoyC1qTN8C&oi=fnd&pg=PA35&dq=jovens+no+meio+rural&ots=YmQIPt>>

qFvI&sig=1yv97A5WF1vDB4fNUXaETODLn_k#v=onepage&q=jovens%20no%20meio%20rural&f=false>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: Congresso Internacional Rural Sociology Association (IRSA). Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-16. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos_hist%C3%B3ricos_e_conceituais_da_multifuncionalidade_da_agricultura.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma perspectiva nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R.. **Para além da reprodução: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Nead/UFRJ, 2003.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. P.; FERRER, M. T. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTELLS, Manuel; **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 8 ed., v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CENSO AGROPECUÁRIO: resultados definitivos. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 15 out. 2019.

CENSO DEMOGRÁFICO. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-resultados-preliminares>>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Trad. Sonia Guimarães Taborda. In: **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n. 3, p. 73-89, dez. 1986.

CHISWELL, H. M. From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 1, p. 104-125, Jan. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12138>. Acesso em: 30 set. 2018.

COSTA, M. R. C.; BEZERRA, A. A.; MENDONÇA, H. F. O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo – RS. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 140-153, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2492/1645>. Acesso em: 05 set. 2019.

COTRIM, D. S.; CANEVER, M. D.; HERBSTHOFER, S.; Santos, I. S. Multifuncionalidade da agricultura: proposta de um método de mensuração. **Revista da Faculdade de Agronomia**, La Plata, v. 116, n. especial, p. 61-72, 2017.

DEGGERONE, Z. A.; LAROQUE, L. F. S.; BARDEN, J. E. Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 367-379, maio-ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/31737/17012>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DUESBERG, S.; BOGUE, P.; RENWICK, A. Retirement farming or sustainable growth – land transfer choices for farmers without a successor. **Land Use Policy**, v. 61, p. 526-535, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837716302538?via%3Dihub>. Acesso em: 05 set. 2018.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000400002. Acesso em: 05 set. 2018.

FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. In: COTRIM, D. S. (Org.). **Gestão de Cooperativas: produção acadêmica da Ascar** – (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2, 694 p.). Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. p. 371-396.

FEE. **O perfil socioeconômico RS** – COREDES. 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>. Acesso em: 30 set. 2018.

FUNK, F.; BORGES, M. A.; SALAMONI, G. Pluriatividade: Uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito - Rio Grande - RS. **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 2, jul./dez. 2006.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, M. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 361-388, nov. 2011. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2435/2981>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GRUBBSTROM, A.; ERIKSON, C. Retired Farmers and New Land Users: How Relations to Land and People Influence Farmers' Land Transfer Decisions. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 707-725, out. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12209>. Acesso em: 30 set. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IZIQUE, C. **O Brasil rural não é só agrícola**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, mai. 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER; S. A **Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

KLEIN, A. L.; SOUZA, M. A. Multifuncionalidade da agricultura e a função educativa das propriedades rurais: experiências a partir da prática do turismo rural pedagógico. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64177/66864>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LAURENTI, A. C. Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. **Boletim Técnico**, Londrina, IAPAR, n. 63, jun. 2000. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/terc_prod_agric.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LIMA, J. R. F.; PIACENTI, C. A. O papel das rendas não-agrícolas para redução da pobreza e concentração na região Sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, p. 51-73, set. 2009. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-15-o_papel_das_rendas_ao-a.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. São Paulo: EDUSP, 2008. Disponível em: <http://www.pdfstart.com/preview?t=Livro-texto+de+Probabilidade+e+Estat%C3%ADstica+-+estpoli&u=http%3A%2F%2Festpoli.pbworks.com%2F%2Flivro_probabilidade_estatistica_2a_ed.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M.; *et al.* (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1082-1100.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **CONFINS**, n. 25, nov. 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/10548?gathStatIcon=true>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MARIN, M. Z. Juventude rural e pluriatividade na agricultura familiar do município de Guarapuava-PR. In: **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária.** Curitiba, 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1506896233_arquivo_trabalhocomplet-o-singa-2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

MARTINS, P. O.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, Â. M. O. O Ter e o Ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 555-568, 2003.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 15, n. 1, p. 19-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MILANI, R.; SPANEVELLO, R. M.; ZORZI, A. M.. A sucessão geracional em propriedades produtoras de leite. In: **50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2012, Vitória. 50º SOBER, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: **Anais do I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**, 2007, Florianópolis. 2007.

MOREIRA, S. L. **Estratégias e modelos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta/RS**. 2018. 153 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, RS, 2018.

NVivo. Disponível em: <<http://www.qsrinternational.com/nvivo-portuguese>>. Acesso em: 30 set. 2018.

NVivo. Disponível em: <<http://download.qsrinternational.com/Resource/NVivo10/NVivo-10-Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

OLIVEIRA, I. L.; FREITAS, L. F. S. de; MIORIN, V. M. F.; STURZA, I. A. I. A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar. **Revista de Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 13, n. especial, p. 94-111, jan.-jun. 2015.

ORSOLIN, J. Gestão da comercialização na agroindústria rural familiar. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 5, n. 8, p. 15-37, jun. 2006. Disponível em: <www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/download/800/1346>. Acesso em: 10 jun. 2018.

OYAMADA, G. C. *et al.* Agricultura familiar e pluriatividade: estudo de caso em comunidade de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 9, 2007. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/216/205>>. Acesso em: 23 Jun. 2018.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 12, n. 27, p. 264-297, jul.-set. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2863>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229- 252, jan./abr. 2004.

PERONDI, M. A. A dimensão sócio-econômica da multifuncionalidade. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul - RS: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Brasil, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL. Disponível em: <<http://crissiumal-rs3.hospedagemdesites.ws/Site/index.php>>. Acesso em: 18 set. 2019.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. 2011. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

REARDON, T.; CRUZ, M. E.; BERDEGUÉ, J. Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos. In: **Tercer Simposio Latinoamericano de Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios**, 19-21 ago. 1998, Lima, Perú. Disponível em:

<http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/pdf/reardon.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

SANTANA SOUZA, L. R. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. V. 1. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, p. 132-161.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 15-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-fialho-marco-antonio-verardi-atividades-nao-agricolas-e-turismo-rural-no-rio-grande-do-sul-in-almeida-joaquim-anecio-riedl-mario-org-turismo-rural-ecologia-lazer-e-desenvolvimento-1a-ed-bauru-2000-p-14-50>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SIGNOR, C. P. **Empreendedorismo rural: intenções empreendedoras dos jovens acadêmicos da área de ciências agrárias**. 2019. 114p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2019.

SILVA, C. B. C. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.ch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

SILVA, V. R.; SILVA, M. M; PEREIRA, M. C. B. Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 349-366, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/40504>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/os_impasses_sociais.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

SIMIONI, F. J.; HOFF, D. N.; SILVA, C. Diversificação e atividades não agrícolas como alternativas de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no painel/SC. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 2, p. 185-207, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2318/521>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: Family farming in Israel. **Journal of Rural Studies**, v. 17, n. 3, p. 363-375, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016701000122?via%3Dihub>. Acesso em: 05 set. 2018.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina. **Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, 2007. p. 1-19.

SPANEVELLO, R. M.; DOEGE, A. M. N.; DREBES, L. M.; LAGO, A. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 17, n. 48, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7965>>. Acesso em: 03 out. 2019.

SPANEVELLO, R. M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A; DORIGON, C. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 163-188.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 40, p. 348-372, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. Acesso em: 10 nov. 2018.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. In: **IX EGEPE** – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Passo Fundo, 2016. Disponível em: <<https://www.egepe.org.br/2016/artigos-egepe/335.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, v. 47, n. 1, p. 117-140, out. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716301401?via%3Dihub>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP, 2009.

TÂMBALO, J. G.; ZUTTON, M. G. **A multifuncionalidade da agricultura**. 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3341732/mod_resource/content/1/R4%20aperfei%C3%A7oado.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

TELLES, T. S.; COSTA, G. V.; BACCHI, M. D.; LAURENTI, A. C. Evolução da população rural ocupada nas grandes regiões do Brasil entre 2001 e 2009. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 17-26, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0017.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

TONINI, H. Vinhos, turismo e pluriatividade na agricultura. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 2, abr.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1700/pdf_115>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VERHOEVE, Z.; DE ROO, N.; ROGGE, E. How to visualise the invisible: Revealing re-use of rural buildings by non-agricultural entrepreneurs in the region of Roeselare - Tielt (Belgium). **Land Use Policy**, v. 29, n. 2, p. 407-416, abr. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837711000895?via%3Dihub> Acesso em: 25 ago. 2018.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

WEISHEIMER, N. Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 67-94, 2019.

ZOCAL, R.; SOUZA, A. D.; GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B. **Produção de leite na agricultura familiar**. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O433.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA

ENTREVISTA APLICADA AOS JOVENS DO MEIO RURAL DE CRISSIUMAL-RS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS – UFSM
Roteiro de Entrevista - ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E A SUCESSÃO DE JOVENS
NO CAMPO 2019

Luana Cristina Duarte – Mestranda PPGAGR/UFSM
Rosani Marisa Spanevello – Orientadora

Data:.....Município:.....Localidade/Linha:.....
Entrevistadora:.....

1) Dados Gerais

Nome:.....

Idade:.....

Sexo: () Feminino () Masculino Estado civil:.....

Escolaridade:.....

Tem filhos: () Sim. Número de filhos..... () Não.

-Tamanho da propriedade (em hectares)

-Terra própria ou arrendada? Se arrendada quantos hectares são arrendados?
.....

-Mora na casa dos pais ou em uma casa separada dentro da propriedade dos pais? Ou possui a sua própria propriedade?
.....
.....

-Se mora na propriedade dos pais, possui uma área que é só sua? Se sim, que quantia (em hectares)?
.....
.....

-Qual a distância (em km) da sua casa até a cidade de seu município?
.....

-Você estuda, qual curso frequenta?
.....

-Se sua resposta anterior foi não, você já possui formação? Qual?
.....

-Você possui bloco de produtor rural em seu nome?

() Sim () Não

-Tem área de terra em seu nome?

() Sim () Não

-Tem financiamento em seu nome?

() Sim () Não

-Você possui momentos de lazer?

() Sim () Não

-Você é sócio de cooperativas?

() Sim () Não

-Você é sócio do sindicato de trabalhadores rurais de seu município?

() Sim () Não

-Você participa das atividades desenvolvidas na comunidade onde reside?

() Sim () Não

OBJETIVO 1: Mapear as principais atividades não agrícolas no município de Crissiumal/RS desenvolvidas pelos jovens

a) Quais os tipos de atividades desenvolvidas na propriedade?

() agrícola e não agrícola () apenas não agrícola

b) Se desenvolvida atividade agrícola, quais?

.....

c) Qual é o tipo de atividade não agrícola desenvolvida?

Qual:.....

() não agrícola () pluriativa () para-agrícola

d) A mesma é desenvolvida dentro ou fora da propriedade?

.....

e) Quem da família trabalha na atividade?

() Todos:

() Pais e filhos

() Pais e parte dos filhos

() Mãe e filhos

() Mãe e filhas

() Somente os filhos

() Filhos e empregados

() Casal jovem

() Somente o jovem entrevistado

f) Qual a importância da atividade não agrícola na geração da renda familiar?

() Representa 100% da renda familiar

() Representa até 30% da renda familiar

() Representa até 50% da renda familiar

() Representa até 70% da renda familiar

() Não tem importância, pois é um renda individual para o jovem.

g) Das atividades que você realiza, qual a que você mais gosta de fazer?

.....

h) E qual menos gosta de fazer?

.....

OBJETIVO 2: Avaliar os fatores que propiciam a inserção de jovens em atividades não agrícolas

a) Há quanto tempo começou neste tipo de atividade?

.....

b) Motivo pelo qual iniciou a atividade não agrícola:

() Pouca terra na propriedade

() Falta de renda individual

- Por incentivo dos pais (discurso negativo da atividade agrícola)
 - Falta de capital para atividade agrícola
 - Incentivo por órgãos públicos (Emater, Sindicato, prefeitura, outros)
 - Para ter uma alternativa de se manter na propriedade com renda
 - Por vontade própria (por se sentir um empreendedor)
 - Por ver oportunidade de crescer na atividade desenvolvida
 - Outros
-
-

c) Qual sua função na atividade não agrícola desenvolvida?

- Planejamento da atividade (gestor) - busca empréstimos, analisa mercado, selo, faz cursos....
 - Principal gestor (da produção) + mão de obra
 - Principal gestor da produção e do dinheiro + mão de obra
 - Gestão + mão de obra+ trabalho externo
 - Divide a gestão com o pai e a mão de obra com o restante da família
 - Não faz gestão, apenas mão de obra
 - Faz a parte externa da atividade (venda nas feiras, supermercados, faz cursos)
 - Outra situação:
-
-
-

d) Por que você exerce esta função?

- Maior escolaridade
 - Escolaridade + informática
 - Pais não querem ir
 - Porque é o gestor (principal)
 - Porque é o mais jovem (força física)
 - Cargo que tinha a disposição
 - Outra situação:
-
-

e) O que a atividade não agrícola que você desenvolve apresenta como fatores positivos, no seu ponto de vista?

- Renda mensal
- Mão de obra familiar
- Maneira de a mulher ter uma renda própria
- Agregação de valor a matéria-prima disponível na propriedade
- Sua permanência na propriedade
- Organização do tempo (lazer, férias)
- Outros.....

f) Você considera pontos negativos na atividade não agrícola desenvolvida? Se sim, quais?

- Maior dedicação do tempo a atividade comparativamente a agrícola
- Oferta regular de matéria-prima
- Dificuldade em se inserir no mercado

Fidelização do consumidor

Não vê pontos negativos

Outros.....
.....

g) Qual a renda mensal que a atividade não agrícola gera para a família?

(O SALÁRIO-MÍNIMO É R\$998,00)

até 1 salário-mínimo

de 1 a 1,5 salários-mínimos

de 1,5 a 2 salários-mínimos

de 2 a 2,5 salários-mínimos

de 2,5 a 3 salários-mínimos

mais de 3 salários-mínimos

h) Qual a renda que você recebe? (Estas próximas 3 questões é para filhos que trabalham junto na propriedade dos pais).

menos de meio salário-mínimo

de 0,5 a 1 salário-mínimo

de 1 a 1,5 salários-mínimos

de 1,5 a 2 salários-mínimos

de 2 a 2,5 salários-mínimos

de 2,5 a 3 salários-mínimos

mais de 3 salários-mínimos

i) Qual a frequência que você recebe?

diária

semanal

quinzenal

mensal

bimestral

trimestral

semestral

anual

Outra maneira:

.....

j) Além da renda não agrícola, você tem outra fonte renda? Se sim, qual?

.....

.....

k) Como você avalia o seu modo de vida no meio rural?

ótimo

bom

regular

ruim

l) Qual o seu sonho (o que você gostaria de realizar no futuro)?

.....

.....

OBJETIVO 3: Compreender de que forma as atividades não agrícolas podem fomentar a sucessão entre os jovens

a) Na sua avaliação, é possível afirmar que os jovens estão deixando o campo e a agricultura?

() Sim

() Não

Por quê?

.....

b) Na sua opinião, quais destes fatores são os DOIS mais importantes para a permanência dos jovens no meio rural? (O número 1 é o primeiro (mais importante) e o 2 (o segundo mais importante).

() ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família.

() ter vontade e dedicação pessoal.

() ter liberdade para introduzir inovações na propriedade.

() ter acesso à propriedade de terra.

() ter políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens.

() ter conhecimentos adequados sobre a produção agrícola.

() ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade.

() participar de grupos de produtores, sindicatos e/ou cooperativas.

() obter uma renda considerada satisfatória.

() encontrar um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade.

() ter autonomia e renda própria para seus gastos pessoais (lazer, roupas).

() outra:

.....

c) Cite uma razão para um jovem querer ou não ser agricultor (fica a escolha se quer falar uma razão para querer ou uma razão para não querer) na sua opinião?

.....

d) Na sua avaliação, as atividades não agrícolas auxiliam na permanência dos jovens no meio rural?

() Sim

() Não

Por quê?

.....

e) Em relação a você, quais são as suas perspectivas quanto a assumir a propriedade rural de seu pai?

() Existe perspectiva

() Não existe:

Porquê?

.....

f) Você mantém um diálogo com seus pais sobre o futuro da propriedade e das atividades nela desenvolvidas?

.....

g) Caso não assuma a propriedade de seu pai, você pretende se estabelecer no meio rural?

Sim Não

Caso tenha respondido sim, pretende se estabelecer realizando qual atividade?

Agrícola

Não agrícola

Agrícola e não agrícola

Resposta não agrícola:

Fazendo a mesma atividade que faz hoje.

Fazendo a mesma atividade, mas investindo em melhorias produtivas.

Fazendo a mesma atividade, investimento em mão de obra.

Agregando mais uma atividade para aumentar a renda e otimizar o investimento.

Outra maneira:

.....

h) Você considera as atividades não agrícolas importantes para o processo de sucessão?

Se sim, por quê?

.....

OBJETIVO 4: Apontar, a partir da permanência ou não do jovem, as características e os arranjos sucessórios presentes nas propriedades estudadas

a) Você almeja ser o sucessor da propriedade de seus pais? Se sim, por quê?

.....

b) Você considera importante ser preparado para o processo de sucessão? Se sim, por quê?

.....

c) Como você analisa o processo de autonomia dentro da propriedade?

A propriedade em que trabalho já é minha

A propriedade em que trabalho já recebi de meus pais

Venho tendo autonomia aos poucos

Só vou ter autonomia quando meus pais se aposentarem

Só vou ter autonomia quando meus pais falecerem

Já possuo autonomia em alguma atividade e em decisões que precisam ser tomadas

Realizo a gestão do negócio

Outra maneira:

.....

d) Você se considera preparado para realizar a sucessão da propriedade de seus pais? Por quê?

.....

e) Ter autonomia sobre decisões tomadas dentro da propriedade e responsabilidade por alguma atividade é considerado importante no seu ponto de vista no processo sucessório? Se sim, por quê?

.....

f) Pretende ficar? (Se ficar, como pretende ficar? E se não ficar, o que pretende fazer?)

- () Sucessor geracional na propriedade e na atividade
- () Sucessor geracional com outra atividade
- () No rural, com atividade agrícola e não agrícola
- () No rural apenas com atividade não agrícola
- () No rural com a mesma atividade agrícola que desenvolve hoje
- () Não pretendo ficar, vou morar na cidade
- () Residir no rural e trabalhar na cidade, pois pretendo vender a área dos meus pais
- () Outra forma: (qual)

.....
